



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ofício-Circular GAB-DG nº 103/2022

Brasília, 23 de março de 2022.

A Sua Senhoria a Senhora, o Senhor

Diretora-Geral, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO

Assunto: Atas de Registro de Preços (ARPs). Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). Órgãos Partícipes

Senhora Diretora-Geral, Senhor Diretor-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria a relação das Atas de Registro de Preços (ARPs) formalizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cujos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) figuram como órgãos partícipes de alguns dos registros de preços abaixo listados. As referidas ARPs e os documentos da licitação estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://siac.tse.jus.br/siac-consultas-atas/pages/manter-atas.faces>.

Esclareço que cada TRE é responsável por formalizar suas respectivas contratações nos limites e nas quantidades previstas no edital e no registro de preços.

Além disso, como órgão partícipe desse Sistema de Registro de Preços, o Tribunal deve observar o contido no §1º do art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-TSE Nº 1/2022

Licitação-TSE nº 84/2021

SEI: 2021.00.000003531-9

OBJETO: Contratação de subscrições de solução de antivírus.

Publicação: 10/1/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-TSE Nº 2/2022

Licitação-TSE nº 85/2021

SEI: 2021.00.000007685-6

OBJETO: Aquisição de Solução de Gerenciamento de Acessos Privilegiados para dispositivos (ativos de rede, servidores físicos e virtuais e outros sistemas tecnológicos).

Publicação: 11/1/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-TSE Nº 7/2022

Licitação-TSE nº 80/2021

SEI: 2021.00.000003474-6

OBJETO: Aquisição de 256.403 bobinas de papel de 60m e de 313.215 bobinas de papel de 80m para as impressoras das urnas eletrônicas.

Publicação: 2/2/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-TSE Nº 12/2022

Licitação-TSE nº 2/2022

SEI: 2021.00.000003521-1

OBJETO: Aquisição de 34.785 embalagens de papelão genéricas para as urnas eletrônicas.

Publicação: 11/3/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-TSE Nº 13/2022

Licitação-TSE nº 88/2021

SEI: 2021.00.000002108-3

OBJETO: Serviços de telecomunicações por meio de Sistemas Móveis de Transmissão de Voz e Dados via Satélite (SMSat).

Publicação: 16/3/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-TSE Nº 14/2022

Licitação-TSE nº 1/2022

SEI: 2021.00.000003510-6

OBJETO: Aquisição de 163.564 cabinas de votação para as urnas eletrônicas.

Publicação: 18/3/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-TSE Nº 15/2022

Licitação-TSE nº 90/2021

SEI: 2021.00.000002026-5

OBJETO: Aquisição de baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas.

Publicação: 18/3/2022

Atenciosamente,

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR-GERAL



Documento assinado eletronicamente em **23/03/2022**, às **17:38**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/Lei_11419_2006.htm).



A autenticidade do documento pode ser conferida em

https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1973221&crc=A2B0116E](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1973221&crc=A2B0116E).



informando, caso não preenchido, o código verificador **1973221** e o código CRC **A2B0116E**.

2021.00.000007685-6

Documento nº 1973221 v3



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA
EDITAL DE LICITAÇÃO TSE Nº 90/2021

MODALIDADE: PREGÃO
FORMA: ELETRÔNICA

SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS

A. OBJETO

1. Registro de Preços para eventual aquisição de baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas modelos 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015, consoante especificações, exigências, quantidades e prazos constantes deste Termo de Referência.

1.1. Farão parte deste Registro de Preços, como órgãos participantes, os Tribunais Regionais Eleitorais – TREs, os quais serão responsáveis pelas suas respectivas contratações.

B. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2. Cada urna dos modelos supracitados utiliza internamente uma bateria do tipo chumbo-ácido selada, que serve de *backup* para o caso de queda de energia na rede elétrica ou ausência dela em determinadas localidades. Para manter a vida útil das baterias, é necessário recarregá-las periodicamente. Entretanto, mesmo com o procedimento de recarga, as baterias tendem, naturalmente, a reter menos carga à medida que o tempo passa.

3. Estima-se que a vida útil dessas baterias seja de 5 (cinco) anos, em condições normais de uso e armazenamento. Assim, faz-se necessária a compra periódica de baterias para reposição daquelas exauridas.

4. Convém ressaltar que a Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, permitiu que as baterias que contenham chumbo fossem entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializaram ou à rede de assistência técnica autorizada, ao final de sua vida útil, para que aqueles realizem a logística reversa dos itens.

5. Entretanto, este Tribunal Superior Eleitoral – TSE já realiza a destinação ecologicamente correta das baterias, quando do descarte das urnas eletrônicas e materiais correlatos, tendo as baterias como o item mais atrativo comercialmente dentre os demais.

6. Assim, de forma a não prejudicar o procedimento de sustentabilidade já adotado por este Tribunal (Resolução TSE nº 23.505/2016), bem como a não comprometer o descarte dos demais itens, o presente Termo de Referência para aquisição de baterias de chumbo-ácido não contemplará a entrega das baterias à Contratada ao final da vida útil delas.

7. Não será permitida a participação de licitantes reunidas em consórcio, tendo em vista tratar-se de aquisição cujo objeto não apresenta complexidade.

8. Os demais motivos que levaram a presente contratação, as justificativas para solução adotada, as quantidades definidas e demais questões afetas a esse Termo de Referência foram apresentadas no Estudo Preliminar (SEI nº 1702239).

B.1. Justificativa para o registro de preços

9. A licitação se dará por meio de Pregão Eletrônico com Registro de Preços, em obediência ao disposto no item III do art. 2º da Resolução TSE nº 23.530 (0570970), de 26 de setembro de 2017, que regulamentou e fundamentou a aquisição de insumos e equipamentos e a prestação de serviços para processamento das eleições gerais e municipais.

10. Em relação ao quantitativo solicitado para o TSE, este visa a recompor a reserva técnica da Justiça Eleitoral, que poderá ser utilizada a qualquer tempo para atender as demandas extemporâneas dos tribunais regionais eleitorais (TREs) em decorrência de situações que se apresentem bastante próximas de um pleito.

11. Além disso, o material atenderá as necessidades advindas de eventuais sinistros em local de armazenamento ou almoxarifado regional (incêndio, alagamento, desabamento), aprovação de eleições suplementares, referendos, plebiscitos ou consultas populares, entre outras necessidades emergenciais, de forma que não haja tempo hábil para nova aquisição ou aditivo a contrato vigente.

12. Há que se salientar, ainda, a alteração promovida pela Resolução TSE nº 23.530 na forma de aquisição de suprimentos para as Eleições, que trouxe direcionamento institucional para que estas ocorram na modalidade denominada mista, mediante Ata de Registro de Preços gerenciada pelo TSE, com os TRFs na qualidade de partícipes. Apesar de tal forma de aquisição, nas Eleições 2018 e 2020, ter corrido sem maiores contratempos, entende-se que, por ser ainda uma novidade, ter uma reserva no TSE mitigaria eventuais riscos que possam surgir.

C. ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2021.00.00000920255 Col. Descrição do objeto Documento nº 1880020 v2

13. Bateria do tipo chumbo-ácido selada.
14. Deve garantir a impossibilidade de vazamento quando utilizada "deitada" ou "de pé".
15. Deve garantir a impossibilidade de oxidação dos terminais.
16. Tensão entre terminais: 12V.
17. Capacidade mínima de carga nominal: 7Ah, com regime de descarga C20.
18. Expectativa de vida mínima em flutuação de 5 (cinco) anos, em condições normais de funcionamento e armazenagem.
19. Apresentar as medidas que seguem:
 - 19.1. Altura: entre 92 mm e 98 mm;
 - 19.2. Altura Total (com terminais): entre 96 mm e 104 mm;
 - 19.3. Comprimento: entre 149 mm e 153 mm;
 - 19.4. Largura: entre 63 mm e 67 mm.

20. Terminais localizados na face superior, no canto da bateria e com seus polos posicionados conforme Figura 1 – Posição dos terminais – Vista superior da bateria.



Figura 1 – Posição dos terminais – Vista superior da bateria

21. Terminais tipo Faston 187, como ilustrado na Figura 2 – Tipos de terminal.
- 21.1. Os terminais deverão possuir proteção contra oxidação.

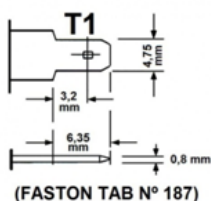


Figura 2 – Tipo de terminal

22. A bateria deverá suportar intervalo de até 4 (quatro) meses entre as recargas sem que tenha sua carga exaurida.

22.1. O TSE realiza a recarga das baterias, quadrimestralmente, nas próprias urnas ligadas à rede elétrica, por um período de 6 (seis) horas.

23. Cada bateria deverá ser identificada com uma etiqueta a ser afixada no local indicado na Figura 4 – Face onde será colada a etiqueta –, de acordo com o *layout* descrito na Figura 3 – Modelo de etiqueta da bateria –, devendo ter as seguintes características:

- 23.1. Largura e altura máximas de 5,5 cm e 7 cm, respectivamente;
- 23.2. Impressão de alta qualidade e resistência;
- 23.3. Dados a serem impressos na etiqueta:
 - 23.3.1. Nome do fornecedor;
 - 23.3.2. Nome do fabricante;
 - 23.3.3. Lote/Data de fabricação;
 - 23.3.4. Modelo da bateria;
 - 23.3.5. Texto: "Produto em conformidade com a norma IEC 61056-1 – Part 1" (caso a bateria seja de chumbo-ácido);
 - 23.3.6. Código de barras no padrão "2 de 5 entrelaçado" sem moldura, contendo o número de série de cada bateria, gerado conforme tabela a ser fornecida pela Justiça Eleitoral;
 - 23.3.7. Os números de série serão compostos por 14 dígitos numéricos, no formato 999999999999-9;
 - 23.3.8. QRCode com os dados impressos na etiqueta, com as seguintes características:
 - a. Tipo de informações: QRCode estático;
 - b. Formato das informações (sempre em maiúsculo): <Mnemônico/Variável>: <valor> [<Mnemônico/Variável>: <valor> ...] (sem quebra de linha);
 - c. Resolução mínima: 1000 x 1000 pixels;
 - d. Dados a serem inseridos no QRCode, sem as quebras de linha, conforme dados apresentados na Figura 3 -

CODIDJE: 90121810001582

FORNECEDOR: XXX YYY

FABRICANTE: XXX YYY

LOTEFAB: XXXXXXXXX

DATAFAB: DD.MM.AAAA

MODELO: XXXXXXXXX

TEXTO: PRODUTO EM CONFORMIDADE COM A NORMA IEC 61056-1 - PART 1

23.3.9. Exemplo de resultado da leitura do QRCode (sem moldura):

CODIDJE: 90121810001582 FORNECEDOR: XXX YYY FABRICANTE: XXX YYY LOTEFAB: XXXXXXXXX
 DATAFAB: DD.MM.AAAA MODELO: XXXXXXXXX TEXTO: PRODUTO EM CONFORMIDADE COM A NORMA
 XXXXXXXXX

23.3.10. Logotipo da Justiça Eleitoral (ao lado do QR Code);



Figura 3 – Modelo de etiqueta da bateria

Figura 4 – Face onde será colada a etiqueta

24. As baterias deverão ter impressos indelevelmente, na lateral esquerda, tendo como referência a face mostrada na Figura 4 – Face onde será colada a etiqueta, o nome do fabricante, o tipo de bateria, a capacidade da bateria, as informações técnicas, a simbologia indicativa da destinação adequada, as advertências sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente e os cuidados a serem tomados com a bateria (Resolução CONAMA nº 401/2008, art. 16), o importador com nome, endereço, dados fiscais, e-mail e telefone SAC.

24.1. A impressão indelével definida neste item poderá ser aplicada em etiqueta de difícil remoção.

25. As baterias deverão ser compatíveis com os modelos de urnas eletrônicas 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015.

26. As baterias fornecidas não poderão ter sido fabricadas em data anterior à de um ano da data prevista para o segundo turno das Eleições vindouras.

27. Ficará à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação do TSE, para eventual consulta e demais procedimentos que se fizerem necessários, 1 (um) exemplar do modelo utilizado atualmente nas urnas eletrônicas. A consulta deverá ser agendada por meio do e-mail questionamento.licita@tse.jus.br com antecedência mínima de 24 horas.

C.2. Quantidade a ser contratada

28. A contratação inicial mínima do TSE será de 3.521 (três mil e quinhentas e vinte e uma) baterias, com quantidade a ser registrada de 7.041 (sete mil e quarenta e uma) unidades.

28.1. As quantidades dos tribunais regionais eleitorais (TREs) participantes constam do Anexo I-III deste Termo de Referência.

C.3. Proposta de preços

29. Será classificada em primeiro lugar a proposta que atender a todos os requisitos deste Termo de Referência, de acordo com o item licitado, e apresentar o menor preço unitário.

Item	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Baterias de chumbo-ácido selada, 12V, 7Ah, com regime de descarga C20	Unidade	117.019		

Nota 1: Todos os valores devem incluir os tributos, seguro e demais taxas extras que façam parte do produto cotado.

30. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar, juntamente com a proposta de preços, os seguintes

- 30.1. Documentação da especificação técnica da bateria, por meio de manuais, *folders* ou catálogos que comprovem que a bateria ofertada está de acordo com todas as especificações exigidas no item C.1 deste Termo de Referência;
- 30.2. Documentação técnica contendo as curvas de carga e descarga da bateria ofertada;
- 30.3. Comprovação de conformidade com a norma especificada no item E.4 – 79 deste Termo de Referência;
- 30.4. Laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 8, de 3/9/2012, conforme item E.4 – 80.1;

C.4. Prazo e local de entrega

31. As baterias correspondentes aos pedidos do TSE deverão ser entregues no Distrito Federal, no depósito da Seção de Gestão de Almoxarifado, situado na SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF, Ed. Sede, subsolo, de segunda a sexta-feira, das 10 às 17h.

31.1 As baterias correspondentes aos pedidos dos Tribunais Regionais Eleitorais (órgãos participantes) deverão ser entregues nas capitais dos estados ou região metropolitana. Haverá apenas um local de entrega em cada Estado. Os endereços para entrega e os contatos para agendamento da entrega constam do Anexo I-IV deste Termo de Referência.

32. Todas as entregas deverão ser previamente agendadas. Para a entrega no TSE, o contato deverá ser efetuado no telefone e/ou endereço eletrônico que segue:

E-mail	Telefone
sealm@tse.jus.br	(61) 3030-9166/8189

32.1 Para a entrega nos TREs, o contato deverá ser efetuado nos telefones e endereços eletrônicos constantes do Anexo I-IV.

33. O prazo de entrega será de:

33.1. Até 110 (cento e dez) dias corridos para o 1º (primeiro) contrato e para os contratos posteriores maiores ou iguais a 5.000 (cinco mil) unidades, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União;

33.2. Até 90 (noventa) dias corridos, para contratos posteriores maiores ou iguais a 2.000 (duas mil) e menores que 5.000 (cinco mil) unidades, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União;

33.3. Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, para contratos posteriores menores que 2.000 (duas mil) unidades, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União.

34. Ao Contratante fica reservado o direito de recusar de pronto o produto que flagrantemente não esteja em conformidade com a especificação constante deste Termo de Referência.

35. Os produtos deverão ser novos, não se admitindo, em hipótese alguma, o fornecimento de produto alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado.

36. Os produtos deverão ser entregues em embalagem original, sem avarias.

37. É permitida a subcontratação para as atividades de entrega/transporte do objeto do presente Termo de Referência, mediante solicitação formal ao contratante e prévia anuência da equipe técnica da STI.

C.5. Garantia

38. A garantia dos produtos será do tipo *on site*, no Distrito Federal e em todas as capitais das unidades da Federação.

38.1. A garantia dos produtos será acionada pela abertura de chamado, por parte da Justiça Eleitoral, nos canais apresentados pela Contratada (item 65 deste Termo de Referência), e mediante informação dos números dos contratos advindos desta licitação e dos dados de lote/fabricação (etiqueta citada no item 24 deste Termo de Referência).

39. O prazo de garantia, usual de mercado, será de no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD. No caso de ocorrerem entregas parceladas para o mesmo contrato, o prazo será contado a partir da data de emissão do último TRD.

40. A contratada deverá ainda garantir as baterias contra vazamento por mais 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do término da garantia expressa no item 39.

41. Constatando-se problemas originários de transporte ou do processo de produção, o fiscal técnico deverá notificar a Contratada, pelos meios de acesso exigidos no item 65, para que providencie a substituição do produto em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

42. O custo e a responsabilidade pelo recolhimento e entrega do produto durante o prazo de garantia serão da Contratada.

C.6. Recebimento

43. O recebimento provisório é o ato que transmite para a Administração a posse e a vigilância do bem e consiste no mero recebimento dos produtos no local designado pelo Contratante.

44. O recebimento provisório será realizado por servidor pertencente ao quadro do Contratante, o qual emitirá Termo de Recebimento Provisório (Anexo I-I).

44.1. Quando o valor da contratação for superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o Termo de Recebimento Provisório deverá ser emitido por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) servidores devidamente designados para tal (IN 11/2021 TSE).

45. O recebimento definitivo implica a aceitação dos produtos entregues ao Contratante.

46. O Fiscal Técnico terá o prazo de até 7 (sete) dias corridos, contados da data da emissão do TRP, para analisar a conformidade dos produtos, emitir o Termo de Recebimento Definitivo (Anexo I-II) e encaminhá-lo à Seção de Gestão de Almoxarifado (ou unidade responsável) para realizar os lançamentos contábeis, e à fiscalização administrativa para emitir a Nota Técnica de Atesto.

46.1. Quando o valor da contratação for superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o Termo de Recebimento Definitivo deverá ser emitido por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) servidores devidamente designados para tal (IN 11/2021 TSE);

46.2. Todas as evidências de descumprimento das obrigações assumidas, no todo ou em parte, pela Contratada constarão do TRD para viabilizar a apuração da importância exata a pagar.

47. O Fiscal Administrativo terá prazo de até 2 (dois) dias úteis para atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is), mediante emissão de Nota(s) Técnica(s) de Atesto – NTA, e encaminhar a documentação à unidade responsável, para fins de liquidação de despesas.

48. Deverão passar por medição das dimensões e avaliação técnica, conforme item C.1, um mínimo de 1% (um por cento) das baterias entregues em cada contrato, devendo a conformidade ser aferida ainda por meio da análise documental dos manuais das baterias.

48.1 Identificada qualquer irregularidade durante o recebimento definitivo do objeto, o fiscal técnico deverá notificar a Contratada, pelos meios de acesso exigidos no item 65, para que providencie a substituição do(s) produto(s) reprovado(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

48.1.1. Decorrido o prazo ou sanada a incorreção apontada pela fiscalização será reaberto novo prazo para emissão do TRD;

48.1.2. O TSE poderá rescindir a contratação caso o objeto entregue seja novamente reprovado.

49. A Contratada deverá recolher os produtos reprovados no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da notificação prevista no item 48.1. Caso não os recolha, esses poderão ser descartados pelo Contratante.

50. A fiscalização realizada pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência dessa, não implica corresponsabilidade da Administração, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

C.7. Pagamento

51. As notas fiscais de venda devem ser emitidas em nome do Contratante, utilizando-se, no caso do TSE, o CNPJ 00.509.018/0001-13 e encaminhadas, juntamente com a documentação exigida no Edital para pagamento, à Seção de Gestão de Almoxarifado do Tribunal Superior Eleitoral, SAF Sul, Quadra 7, Lotes 1/2, Sala A454, ou para o e-mail sealm@tse.jus.br, se for eletrônica.

51.1 Os dados para faturamento dos pedidos dos órgãos partícipes (TREs) serão encaminhados à Contratada, por e-mail ou ofício, em até 2 (dois) dias úteis antes da assinatura do respectivo contrato.

52. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, a partir do atesto da nota fiscal/fatura pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da Contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

52.1. O atesto do objeto contratado se dará pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto – NTA, conforme previsto na IN nº 14/2017 – TSE. O fiscal administrativo terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para emitir a NTA e remeter o processo a CEOFI, contados do recebimento do documento fiscal, acompanhado do Termo de Recebimento Definitivo – TRD e dos demais documentos exigidos para liquidação e pagamento da despesa;

52.2. Caso o valor faturado não seja superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil, a partir da apresentação da fatura, conforme § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

53. Na fase de liquidação e pagamento da despesa, a unidade de execução orçamentária e financeira realizará consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou nos sítios de cada órgão regulador, com fins de verificar a regularidade da Contratada perante a Seguridade Social e a Fazenda Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça Trabalhista, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.

D. OBRIGAÇÕES

D.1. Obrigações do contratante

54. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

55. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

56. Designar servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual. Acerca dos fiscais do contrato, considerar:

56.1. Fiscal Técnico: responsável por certificar a quantidade e a conformidade dos produtos entregues com o Termo de Referência, bem como por emitir o Termo de Recebimento Definitivo – TRD;

56.2. Fiscal Administrativo: responsável por fiscalizar o contrato quanto às sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais e emitir a Nota Técnica de Atesto, encaminhando os documentos necessários para liquidação de despesas à unidade competente.

Documento nº 1880020 v2

57. Permitir que os funcionários da Contratada, desde que devidamente identificados, tenham acesso aos locais de entrega.
58. Recusar qualquer produto entregue em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência ou com defeito.
59. Efetuar o pagamento à Contratada segundo as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

D.2. Obrigações da contratada

60. Fornecer todas as baterias dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência.
61. Executar, com observação dos prazos e exigências, as obrigações constantes neste Termo de Referência.
62. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência.
63. Informar, no ato da assinatura do contrato, o nome do responsável, os contatos de telefone e endereço eletrônico para comunicação com o Contratante, bem como manter os dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação.
- 63.1. Toda a comunicação referente à execução do objeto será realizada por meio do e-mail informado pela Contratada no momento da assinatura do contrato;
- 63.2. A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da caixa de e-mail.
- 63.3. A comunicação só será realizada de forma diversa quando a legislação exigir ou quando a contratada demonstrar ao fiscal os motivos que justifiquem a utilização de outra forma.
64. Encaminhar para o e-mail sipt@tse.jus.br, o leiaute das etiquetas e da impressão indelével, citados nos itens 23 e 24, respectivamente, em até 15 (quinze) dias corridos da publicação do extrato do contrato no DOU.
- 64.1. A fiscalização técnica terá 5 (cinco) dias corridos para analisar e solicitar alterações, caso necessário;
- 64.2. Eventuais alterações nos leiautes deverão ser efetuadas e novos modelos apresentados em até 5 (cinco) dias corridos da notificação pela fiscalização técnica, que terá outros 5 (cinco) dias corridos para reanálise.
65. Entregar declaração ao Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a publicação do extrato do contrato no DOU, formalizando a disponibilização de acesso por meio de central telefônica ("0800" ou outra), sistema via web ou endereço eletrônico, com o fim de abertura dos chamados de substituição dos produtos entregues em desconformidade ou dos chamados em decorrência de defeitos apresentados durante a vigência da garantia.
- 65.1. Tal meio de acesso deverá encontrar-se operante do dia anterior à primeira entrega dos produtos até o término do período de garantia, que abrange a garantia nominal e a garantia contra vazamento da bateria, previstas nos itens 39 e 40;
- 65.2. Toda abertura de chamado deverá gerar um número de protocolo, a ser repassado no momento do contato.
66. Acatar as recomendações e determinações efetuadas pelos fiscais do contrato.
67. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto deste Termo de Referência.
68. Fazer com que seus empregados submetam-se aos regulamentos de segurança e de disciplina durante o período de permanência nas dependências do Contratante, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários, shorts, camisetas regatas, sem camisa ou usando chinelos de dedo.
69. Comunicar imediatamente ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.
70. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos de qualquer forma ou prestadas pelo Contratante, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros, bem como a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato.
71. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação quanto à Regularidade Fiscal.
72. Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal de Venda, a documentação que comprove a origem dos bens (Declaração de Importação – DI) e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, quando tratar-se de bens de origem estrangeira.
73. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 73.1. A inadimplência da contratada com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Contratante, nem poderá onerar o objeto do contrato.

E. DISPOSIÇÕES GERAIS

E.1. Apresentação de amostra para aceitação da proposta

74. Será classificada em primeiro lugar a proposta que atender a todos os requisitos deste Termo de Referência e apresentar o menor preço unitário.
75. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar 1 (uma) amostra do modelo de bateria ofertado em sua proposta em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação pelo pregoeiro, para verificação da conformidade com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, observados os seguintes procedimentos:

75.1. A amostra deverá ser entregue na Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 7, Lotes 1 e 2, Brasília/DF, sala A451, em dias úteis, no horário de 10h às 19h, identificada com os seguintes campos: amostra, número, data e objeto da licitação, nome e telefone da licitante e de seu representante em Brasília, se for o caso;

75.2. O local, a data e o horário para a realização da avaliação da amostra pelo TSE serão informados às licitantes pelo Pregoeiro em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da amostra. A avaliação poderá ocorrer, a critério do TSE, em fins de semana, feriados e horários não comerciais;

75.3. A Comissão de Assessoramento Técnico – CAT será responsável pela avaliação da amostra;

79.3.1. A avaliação da amostra terá duração de, no máximo, 2 (dois) dias úteis;

79.3.2. A equipe técnica efetuará avaliação na amostra entregue, constando de inspeção visual e medição das dimensões, bem como verificará se os terminais estão de acordo com os itens 19 e 20 deste Termo de Referência;

75.4. Poderão, a critério do TSE e caso haja necessidade, mantido o prazo do item 79.3.1, ser realizadas outras verificações não previstas neste Termo de Referência, desde que tecnicamente motivadas ou em função de fundado receio de não aderência às especificações exigidas, conforme disposto na Nota Técnica nº 4/2009 – Sefti/TCU;

75.5. Será reprovada a amostra que esteja fora dos padrões determinados neste Termo de Referência, não sendo concedida segunda oportunidade à licitante, ou seja, a verificação não será repetida e nem será concedida possibilidade de manutenção ou ajustes da amostra;

75.6. Será facultado às licitantes e a qualquer interessado a participação na avaliação da amostra somente na condição de expectadores;

75.7. O TSE emitirá o relatório de avaliação a amostra em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após sua realização;

75.8. A critério do TSE, conforme Nota Técnica nº 4/2009 – Entendimento II – VI.2 – 73 do Tribunal de Contas da União, caso o produto ofertado pela licitante classificada em 1º lugar já tenha sido fornecido em certames anteriores, a licitante poderá ser "dispensada do procedimento" de avaliação da amostra;

75.9. A amostra entregue pela licitante permanecerá com a equipe técnica para comparação quando do recebimento dos produtos contratados e será devolvida à empresa após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

75.9.1. Qualquer dano causado à amostra durante a avaliação não será objeto de ressarcimento pelo TSE à licitante;

75.9.2. A licitante terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo mencionado no *caput*, para retirar a amostra em poder da equipe técnica;

75.9.3. As amostras recusadas estarão à disposição das licitantes, que deverão retirá-las no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir da data em que for homologado o processo licitatório;

75.9.4. A não retirada das amostras dentro dos prazos fixados será considerada abandono dos produtos, podendo a Administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente;

75.10. Caso não seja apresentada amostra pela licitante classificada em primeiro lugar ou essa seja reprovada, será solicitada amostra da segunda colocada, que deverá apresentá-la em até 10 (dez) dias corridos, e assim sucessivamente.

E.2. Vigência do contrato

76. O contrato terá vigência a partir da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU) e duração de 12 (doze) meses.

E.3. Documentos de habilitação

77. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou a contento o fornecimento de produto similar ao objeto deste Termo de Referência, no quantitativo mínimo de 20% (vinte por cento) do total registrado.

77.1. Será considerado objeto compatível bateria automotiva, bateria para alarmes e cerca elétrica, bateria para nobreak;

77.2. Será admitido o somatório de atestados desde que o fornecimento tenha sido executado simultaneamente em período não superior a 30 (trinta) dias corridos entre si;

77.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

78. Apresentar Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, em atendimento ao item E.4 – 80.2 e subitens.

78.1. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta *on line* ao sítio oficial do IBAMA;

78.2. Caso o fornecedor seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, a licitante deverá apresentar o documento probatório, sob as penas da lei.

E.4. Critérios de Sustentabilidade

79. A bateria deverá atender à norma IEC 61056-1, (*General purpose lead-acid batteries (valve-regulated types) – Part 1: General requirements, functional characteristics – Methods of test*) Ed 2.0, ou outra que vier a substituí-la.

79.1. Para comprovação de atendimento deste item, a empresa deverá apresentar declaração, desde que o documento contenha os dados necessários para verificação, via Internet, junto ao instituto de certificação acreditado pelo IEC (*International Electrotechnical Commission*). Nesse caso, a empresa deverá indicar o endereço web para verificação. Também será aceito certificado expedido por instituição acreditada pelo IEC.

80. Para o objeto deste Termo de Referência, somente será admitida a oferta de baterias:

80.1 Cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 4/11/2008, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 8, de 3/9/2012;

80.2 De licitante regularmente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, nos seguintes enquadramentos:

80.2.1 Fabricante: categoria 5-1 (fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores);

80.2.2 Comerciante/importador: categoria 18-81 (Comércio de produtos químicos e produtos perigosos).

81. As embalagens das baterias deverão conter, de forma clara, visível e em língua portuguesa, a simbologia indicativa da destinação adequada, as advertências sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente etc., consoante Resolução CONAMA nº 401/2008, art. 14.

81.1 As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, conforme disposto no art. 32 da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

E.5. Preço Estimado

Item	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R\$)
1	Bateria de chumbo-ácido selada, 12V, 7Ah, com regime de descarga C20	unidade	117.019	R\$ 94,98

ANEXO I-I - MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

FORNECEDOR:				
CNPJ:				
ATA/CONTRATO:				
NOTA DE EMPENHO:				
Nº DANFE/NOTA FISCAL:				
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:				
COMISSÃO (se for o caso)				
Membros:				
1º				
2º				
3º				
LISTA DE VERIFICAÇÃO				
ITEM	CRITÉRIOS DE CONFERÊNCIA	SIM	NÃO	N/A
1	Material constante na Nota Fiscal coincide com o objeto do contrato?			
2	Os campos relativos à quantidade, valor, descrição do material e CNPJ do fornecedor constantes da Nota Fiscal estão conforme a Nota de Empenho?			
3	Os volumes entregues estão de acordo com o especificado na Nota Fiscal e na guia da transportadora?			
4	Foi verificado, individualmente, o quantitativo, a marca e a situação física do material, ainda que acondicionado dentro de caixas?			
5	Foi feita anotação de qualquer irregularidade detectada no canhoto da nota fiscal de entrega do material?			
6	Foi carimbada a nota fiscal com o carimbo de recebimento provisório, informando data e hora da entrega do material?			
7	Foi indicado, no canhoto assinado da nota fiscal, que o material está sujeito à conferência posterior?			
8	Foi comunicada ao fiscal ou gestor competente qualquer irregularidade detectada que gere a necessidade de aguardar decisão sobre o recebimento do material?			
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS				
RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO				
Na data de __/__/__, foram entregues os materiais, conforme natureza e quantidade indicados na Nota Fiscal/DANFE anexos, ressalvados os fatos indicados no relatório de ocorrências, portanto, decidiu-se por:				
RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO				
NÃO RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO				

ANEXO I-II - MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

FORNECEDOR:				
CNPJ:				
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO:				
VIGÊNCIA:				
PRORROGÁVEL: () Sim () Não				
DANFE:				
OBJETO:				
FISCAIS TÉCNICOS				
Titular:				
1º Substituto:				
2º Substituto:				
COMISSÃO (se for o caso)				
Membros:				
1º				
2º				
3º				
FISCAIS ADMINISTRATIVOS:				
Titular:				
1º Substituto:				
2º Substituto:				
LISTA DE VERIFICAÇÃO				
ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS				
ITEM	CRITÉRIOS DE CONFERÊNCIA	SIM	NÃO	N/A
1	O material foi entregue conforme quantitativo e prazo especificados no contrato?			
2	O quantitativo constante em nota fiscal/DANFE está condizente com o quantitativo previsto no contrato?			
ANÁLISE DOS ASPECTOS QUALITATIVOS				
ITEM	CRITÉRIOS DE CONFERÊNCIA	SIM	NÃO	N/A
1	As baterias foram entregues em perfeito estado?			
2	As baterias possuem conectores faston 187?			
3	Há vazamento nas baterias?			
4	As baterias possuem as dimensões especificadas contratualmente?			
5	A serigrafia na lateral das baterias confere com a exigida em contrato?			
6	As etiquetas constantes da face abaixo dos conectores conferem com o formato e possui as informações exigidas?			
PARECER DA FISCALIZAÇÃO				
	A CONTRATADA ATENDEU AOS ASPECTOS QUALITATIVOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO			
	A CONTRATADA NÃO ATENDEU AOS ASPECTOS QUALITATIVOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO (vide observações no Relatório de Ocorrências)			
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS				
RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO				
Efetuada a análise de conformidade do objeto com as especificações do Termo de Referência, quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos, a fiscalização decide por:				

	RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO
	NÃO RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO

ANEXO I-III - DO QUANTITATIVO REGISTRADO

TRE	Demanda inicial	Quantidade registrada
TRE-AC	700	800
TRE-AL	688	2.603
TRE-AM	743	854
TRE-AP	0	0
TRE-BA	2.125	4.000
TRE-CE	4.476	4.923
TRE-DF	500	1.000
TRE-ES	2.000	3.000
TRE-GO	1.300	2.000
TRE-MA	1.398	2.546
TRE-MG	10.000	10.500
TRE-MS	0	1.420
TRE-MT	3.650	4.070
TRE-PA	1.662	2.000
TRE-PB	3.600	4.500
TRE-PE	4.533	5.341
TRE-PI	1.385	1.662
TRE-PR	4.700	8.000
TRE-RJ	8.000	17.915
TRE-RN	1.260	2.172
TRE-RO	1.531	3.167
TRE-RR	125	400
TRE-RS	543	4.500
TRE-SC	3.500	6.000
TRE-SE	0	465
TRE-SP	10.605	14.140
TRE-TO	1.000	2.000
TSE	3.521	7.041
TOTAL	73.545	117.019

ANEXO I-IV - ENDEREÇOS DE ENTREGA (pode ser alterado)

TRE	E-MAIL DA SEÇÃO	FONE/FAX	ENDEREÇO DE ENTREGA
AC	sealm@tre-ac.jus.br	(68) 3226-4760	Alameda Miguel Ferrante sem número, Bairro Portal da Amazônia, Rio Branco/AC. CEP: 69915932
AL	almoxarifado@tre-al.jus.br	(82) 3328-1947 9335-0636	Avenida Menino Marcelo, 7.200 D Bairro Serraria CEP: 57046-000. Maceió/AL (Referência: em frente à SAMU e próximo à concessionária AUTO VANESSA)
AM	sealm@tre-am.jus.br	(92) 3632-4473 (92) 3632-4477 (92) 3632 4474 (92) 3632 4400 (R- 5573)	Avenida André Araújo, 200 - Aleixo. Manaus/AM. CEP 69060-000
AP	cmp@tre-ap.jus.br	(96) 3198-7584 (96) 98121-7976 (96) 2101-1584 (96) 2101-1578 (96) 2101-1644	Avenida Mendonça Júnior, 1502, Centro – Macapá/ AP. CEP 68900-914
BA	segea@tre-ba.jus.br	(71) 3373-7076 (71) 3373-7078	Centro de Apoio Técnico do TRE Loteamento Porto Seco Pirajá, Quadra A, Lote 16/17, Rua A, via Marginal da BR 324, Salvador/BA. CEP 41230-030. Telefone do anexo (71) 3215-0732
CE	sealx@tre-ce.jus.br	(85) 3453-3741 (85) 3453-3742	Rua Salgado Filho, 300 - Antonio Bezerra Fortaleza/CE. CEP 60361-020
DF	semac@tre-df.gov.br	(61) 3048-4070 (61) 3048-4198 (61) 3342-1806	Praça Municipal, Quadra 2, lote 6, 1º subsolo, sala S-106, Edifício Sede, Brasília/DF. CEP 70094-901 SGON, Qd. 1 Lote 40/60, Brasília/DF. CEP 70.710-903
ES	salmop@tre-es.jus.br	(27) 2121-8643 (27) 2121-8634	Avenida João Batista Parra, 575 – Praia do Suá, Vitória/ES. CEP 29052-123
GO	almoxarifado@tre-go.jus.br secpa@tre-go.jus.br	(62) 3521-2218 (62) 3521-2278	Edifício Desembargador Messias Costa, Rua 25-A, esquina com Rua 17-A, Qd 63-A, Setor Aeroporto, Goiânia/GO. CEP 74070-150. Obs.: ao lado da FUNDEC (atual SEMAS)
MA	segal@tre-ma.jus.br	(98) 2107-8758 (98) 2107-8734 (98) 2107-8732	PRÉDIO ANEXO DO TRE/MA Avenida Senador Vitorino Freire s/n, Bairro Areinha, São Luís/MA. CEP 65010-917 FÓRUM ELEITORAL Avenida Senador Vitorino Freire s/n, Bairro Madre Deus, São Luís/MA. CEP 65025-902
MG	segal@tre-mg.jus.br almoxarifado@tre-mg.jus.br	Chefia (31) 3034-8717/8718 Chefe Substituto (31) 3034-8715/8716	BR 040 KM 2,5 – Rua Flor de Trigo, 20/24 Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG. CEP 30865-330
MS	todos.almox@tre-ms.jus.br	(67) 3361-0016 (67) 9984-6674	Rua Delegado José Alfredo Hardman, nº 184 – Jardim Veraneio – Campo Grande/MS
MT	sm@tre-mt.jus.br	(65) 3362-8122	Avenida Historiador Rubens de Mendonça (Avenida do CPA), 4.750, Centro Político Administrativo – Almojarifado da Seção de Material – Cuiabá/MT. CEP: 78.049-941
PA	seal@tre-pa.jus.br	(91) 3346-8745 (91) 3346-8744 (91) 3346-8743	Rua João Diogo, 288. Campina Belém/PA. CEP 66015-902
PB	seal@tre-pb.jus.br	(83) 3512-1204 (83) 3512-1205 (83) 3512-1431	TRE (Sede) Av. Princesa Isabel, 201 – Bairro Tambiá, João Pessoa/PB. CEP: 58020-528
PE	almox@tre-pe.jus.br	(81) 3194-9545	Av. Camarão, 200 Iputinga, Recife/PE. CEP 50721-360
PI	seal@tre-pi.jus.br	(86) 2107-9811	Pça. Desembargador Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico – Bairro Cabral

2021.01.0000020-3
Documento nº 1880020 v2

		(86) 2107-9686 (86) 2107-9798	Teresina/PI. CEP: 64.000-180
PR	logmat@tre-pr.jus.br slmc@tre-pr.jus.br	(41) 3072-4839 (41) 3072-4879	Rua João Parolin, 224 – Bairro Prado Velho, Curitiba/PR. CEP 80220-902
RJ	sealmo@tre-rj.jus.br	(21) 2589-7784 (21) 2580-2690	Avenida Brasil, nº 2.540 – Benfica, Rio de Janeiro/RJ. CEP 20930-040
	seurna@tre-rj.jus.br	(21) 2223-1404 (21) 2233-3726	SEÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS Avenida Rodrigues Alves, 161 – Saúde – Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20081-250
RN	salm@tre-rn.jus.br	(84) 3654-5242 (84) 3654-5240 (84) 3654-5241	COJE – Centro de Operações da Justiça Eleitoral Rua da Torre, s/n – Bairro Tirol. Natal/RN. CEP: 59015-380
RO	almox@tre-ro.jus.br	(69) 3211-2092 (69) 3211-2268 (69) 3211-2051	Avenida Presidente Dutra nº 1889, Bairro Baixa da União, Porto Velho/RO. CEP 76.805-859
RR	cmp@tre-rr.jus.br	(95) 2121-7027 (95) 2121-7030	Avenida Juscelino Kubitschek, 543 – Bairro São Pedro, Boa Vista/RR. CEP: 69306-685
RS	almoxarifado@tre-rs.jus.br	(51) 3294-8316	Ernesto da Fontoura, 164, Bairro São Geraldo, Porto Alegre/RS. CEP 90230-090
SC	ccm-sap@tre-sc.jus.br almoxarifado@tre-sc.jus.br	(48) 3251-3753 (48) 99162-5542	Servidão Antônio José Guarezi, 130 – Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC. CEP 88.133-902
SE	sealm@tre-se.jus.br	(79) 3209-8641 (79) 3209-8698	Centro Administrativo Augusto Franco, Variante 2, lote 7 e 12, Bairro Capucho. Aracaju/SE. CEP 49081-000 (Em frente ao Tribunal de Contas)
SP	scgalm@tre-sp.jus.br	(11) 3131-2680 (11) 3130-2682 (11) 3130-2683	Rua General Júlio Marcondes Salgado, 199 – Bairro Santa Cecília, São Paulo/SP. CEP 01201-020
TO	spa@tre-to.jus.br	(63) 3233-9778 (63) 3233-9779	Quadra 112 sul (antiga Arse 15), Conjunto 8, Rua SR 03, Lote 32, Plano Diretor Sul. Palmas/TO. CEP: 77.020-172.
TSE	sealm@tse.jus.br	(61) 3030-8189 (61) 3030-9166	SAFS, Quadra 7 Lotes 1 e 2, Ed. Sede do TSE, sala VSS15 – Brasília/ DF. CEP 70070-600

ANEXO I-V – MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

A empresa **Nome da Empresa**, com sede na **Endereço da empresa**, na cidade de **Cidade, (UF)**, CNPJ nº **000.000.000/0000-0**, neste ato representada pelo seu **Cargo do Representante**, Senhor(a) **Nome do Representante** portador(a) da Carteira de Identidade nº **Identidade do Representante**, CPF nº **CPF do Representante**, em atenção ao art. 44 da IN MPDG nº 5/2017, DESIGNA, o(a) Senhor(a) **Nome do Colaborador**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **Identidade do Colaborador**, CPF nº **CPF do Colaborador**, para atuar como preposto no âmbito do **Contrato-TSE nº xx/xxxx**.

2. O preposto designado representará a empresa perante o Tribunal Superior Eleitoral, zelará pela boa execução do objeto contratual, exercendo os seguintes poderes e deveres:

a)	Cumprir com as obrigações previstas no contrato.
b)	Ser acessível ao Contratante, por intermédio de número de telefones fixo e celular informado neste formulário.
c)	Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.
d)	Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº ____/2021.
e)	Fazer com que seus empregados submetam-se aos regulamentos de segurança e de disciplina durante o período de permanência nas dependências do Contratante, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajas sumários (shorts, camisetas regatas, sem camisa ou usando chinelos de dedo).
f)	Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.
g)	Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos de qualquer forma ou prestadas pelo Contratante, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros, bem como a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato.

3. A comunicação entre o preposto e o Tribunal Superior Eleitoral será efetuada por meio do telefone **(61)3030-8946** ou do e-mail **sipt@tse.jus.br**.

4. A **Nome da Empresa** compromete-se a manter atualizados, durante toda fase de execução da contratação, os contatos de telefone e e-mail para comunicação com o Tribunal Superior Eleitoral.

ADAÍRES AGUIAR LIMA
SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em **15/12/2021, às 14:44**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em

[https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1880020&crc=D190DD16)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1880020&crc=D190DD16](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1880020&crc=D190DD16), informando, caso não preenchido, o código verificador **1880020** e o código CRC **D190DD16**.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA
EDITAL DE LICITAÇÃO TSE Nº 90/2021

MODALIDADE: PREGÃO
FORMA: ELETRÔNICA

SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS

A. OBIETTO

1. Registro de Preços para eventual aquisição de baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas modelos 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015, consoante especificações, exigências, quantidades e prazos constantes deste Termo de Referência.

1.1. Farão parte deste Registro de Preços, como órgãos participantes, os Tribunais Regionais Eleitorais – TREs, os quais serão responsáveis pelas suas respectivas contratações.

B. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2. Cada urna dos modelos supracitados utiliza internamente uma bateria do tipo chumbo-ácido selada, que serve de *backup* para o caso de queda de energia na rede elétrica ou ausência dela em determinadas localidades. Para manter a vida útil das baterias, é necessário recarregá-las periodicamente. Entretanto, mesmo com o procedimento de recarga, as baterias tendem, naturalmente, a reter menos carga à medida que o tempo passa.

3. Estima-se que a vida útil dessas baterias seja de 5 (cinco) anos, em condições normais de uso e armazenamento. Assim, faz-se necessária a compra periódica de baterias para reposição daquelas exauridas.

4. Convém ressaltar que a Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, permitiu que as baterias que contenham chumbo fossem entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializaram ou à rede de assistência técnica autorizada, ao final de sua vida útil, para que aqueles realizem a logística reversa dos itens.

5. Entretanto, este Tribunal Superior Eleitoral – TSE já realiza a destinação ecologicamente correta das baterias, quando do descarte das urnas eletrônicas e materiais correlatos, tendo as baterias como o item mais atrativo comercialmente dentre os demais.

6. Assim, de forma a não prejudicar o procedimento de sustentabilidade já adotado por este Tribunal (Resolução TSE nº 23.505/2016), bem como a não comprometer o descarte dos demais itens, o presente Termo de Referência para aquisição de baterias de chumbo-ácido não contemplará a entrega das baterias à Contratada ao final da vida útil delas.

7. Não será permitida a participação de licitantes reunidas em consórcio, tendo em vista tratar-se de aquisição cujo objeto não apresenta complexidade.

8. Os demais motivos que levaram a presente contratação, as justificativas para solução adotada, as quantidades definidas e demais questões afetas a esse Termo de Referência foram apresentadas no Estudo Preliminar (SEI nº 1702239).

B.1. Justificativa para o registro de preços

9. A licitação se dará por meio de Pregão Eletrônico com Registro de Preços, em obediência ao disposto no item III do art. 2º da Resolução TSE nº 23.530 (0570970), de 26 de setembro de 2017, que regulamentou e fundamentou a aquisição de insumos e equipamentos e a prestação de serviços para processamento das eleições gerais e municipais.

10. Em relação ao quantitativo solicitado para o TSE, este visa a recompor a reserva técnica da Justiça Eleitoral, que poderá ser utilizada a qualquer tempo para atender as demandas extemporâneas dos tribunais regionais eleitorais (TREs) em decorrência de situações que se apresentem bastante próximas de um pleito.

11. Além disso, o material atenderá as necessidades advindas de eventuais sinistros em local de armazenamento ou almoxarifado regional (incêndio, alagamento, desabamento), aprovação de eleições suplementares, referendos, plebiscitos ou consultas populares, entre outras necessidades emergenciais, de forma que não haja tempo hábil para nova aquisição ou aditivo a contrato vigente.

12. Há que se salientar, ainda, a alteração promovida pela Resolução TSE nº 23.530 na forma de aquisição de suprimentos para as Eleições, que trouxe direcionamento institucional para que estas ocorram na modalidade denominada mista, mediante Ata de Registro de Preços gerenciada pelo TSE, com os TRES na qualidade de partícipes. Apesar de tal forma de aquisição, nas Eleições 2018 e 2020, ter corrido sem maiores contratemplos, entende-se que, por ser ainda uma novidade, ter uma reserva no TSE mitigaria eventuais riscos que possam surgir.

C. ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2021.00.000002026-9 **6.1. Descrição do objeto** Documento nº 1880020 v2

13. Bateria do tipo chumbo-ácido selada.
14. Deve garantir a impossibilidade de vazamento quando utilizada "deitada" ou "de pé".
15. Deve garantir a impossibilidade de oxidação dos terminais.
16. Tensão entre terminais: 12V.
17. Capacidade mínima de carga nominal: 7Ah, com regime de descarga C20.
18. Expectativa de vida mínima em flutuação de 5 (cinco) anos, em condições normais de funcionamento e armazenagem.
19. Apresentar as medidas que seguem:
 - 19.1. Altura: entre 92 mm e 98 mm;
 - 19.2. Altura Total (com terminais): entre 96 mm e 104 mm;
 - 19.3. Comprimento: entre 149 mm e 153 mm;
 - 19.4. Largura: entre 63 mm e 67 mm.
20. Terminais localizados na face superior, no canto da bateria e com seus polos posicionados conforme Figura 1 – Posição dos terminais – Vista superior da bateria.



Figura 1 – Posição dos terminais – Vista superior da bateria

21. Terminais tipo Faston 187, como ilustrado na Figura 2 – Tipos de terminal.
 - 21.1. Os terminais deverão possuir proteção contra oxidação.

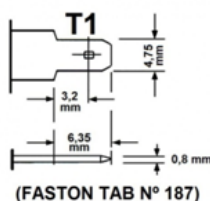


Figura 2 – Tipo de terminal

22. A bateria deverá suportar intervalo de até 4 (quatro) meses entre as recargas sem que tenha sua carga exaurida.
 - 22.1. O TSE realiza a recarga das baterias, quadrimestralmente, nas próprias urnas ligadas à rede elétrica, por um período de 6 (seis) horas.
23. Cada bateria deverá ser identificada com uma etiqueta a ser afixada no local indicado na Figura 4 – Face onde será colada a etiqueta –, de acordo com o *layout* descrito na Figura 3 – Modelo de etiqueta da bateria –, devendo ter as seguintes características:
 - 23.1. Largura e altura máximas de 5,5 cm e 7 cm, respectivamente;
 - 23.2. Impressão de alta qualidade e resistência;
 - 23.3. Dados a serem impressos na etiqueta:
 - 23.3.1. Nome do fornecedor;
 - 23.3.2. Nome do fabricante;
 - 23.3.3. Lote/Data de fabricação;
 - 23.3.4. Modelo da bateria;
 - 23.3.5. Texto: "Produto em conformidade com a norma IEC 61056-1 – Part 1" (caso a bateria seja de chumbo-ácido);
 - 23.3.6. Código de barras no padrão "2 de 5 entrelaçado" sem moldura, contendo o número de série de cada bateria, gerado conforme tabela a ser fornecida pela Justiça Eleitoral;
 - 23.3.7. Os números de série serão compostos por 14 dígitos numéricos, no formato 999999999999-9;
 - 23.3.8. QRCode com os dados impressos na etiqueta, com as seguintes características:
 - a. Tipo de informações: QRCode estático;
 - b. Formato das informações (sempre em maiúsculo): <Mnemônico/Variável>: <valor> [<Mnemônico/Variável>: <valor> ...] (sem quebra de linha);
 - c. Resolução mínima: 1000 x 1000 pixels;
 - d. Dados a serem inseridos no QRCode, sem as quebras de linha, conforme dados apresentados na Figura 3 - Modelo de etiqueta da bateria:

CODIDJE: 90121810001582

FORNECEDOR: XXX YYY

FABRICANTE: XXX YYY

LOTEFAB: XXXXXXXXX

DATAFAB: DD.MM.AAAA

MODELO: XXXXXXXXX

TEXTO: PRODUTO EM CONFORMIDADE COM A NORMA IEC 61056-1 - PART 1

23.3.9. Exemplo de resultado da leitura do QRCode (sem moldura):

CODIDJE: 90121810001582 FORNECEDOR: XXX YYY FABRICANTE: XXX YYY LOTEFAB: XXXXXXXXX
 DATAFAB: DD.MM.AAAA MODELO: XXXXXXXXX TEXTO: PRODUTO EM CONFORMIDADE COM A NORMA
 XXXXXXXXX

23.3.10. Logotipo da Justiça Eleitoral (ao lado do QR Code);



Figura 3 – Modelo de etiqueta da bateria

Figura 4 – Face onde será colada a etiqueta

24. As baterias deverão ter impressos indelevelmente, na lateral esquerda, tendo como referência a face mostrada na Figura 4 – Face onde será colada a etiqueta, o nome do fabricante, o tipo de bateria, a capacidade da bateria, as informações técnicas, a simbologia indicativa da destinação adequada, as advertências sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente e os cuidados a serem tomados com a bateria (Resolução CONAMA nº 401/2008, art. 16), o importador com nome, endereço, dados fiscais, e-mail e telefone SAC.

24.1. A impressão indelével definida neste item poderá ser aplicada em etiqueta de difícil remoção.

25. As baterias deverão ser compatíveis com os modelos de urnas eletrônicas 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015.

26. As baterias fornecidas não poderão ter sido fabricadas em data anterior à de um ano da data prevista para o segundo turno das Eleições vindouras.

27. Ficará à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação do TSE, para eventual consulta e demais procedimentos que se fizerem necessários, 1 (um) exemplar do modelo utilizado atualmente nas urnas eletrônicas. A consulta deverá ser agendada por meio do e-mail questionamento.licita@tse.jus.br com antecedência mínima de 24 horas.

C.2. Quantidade a ser contratada

28. A contratação inicial mínima do TSE será de 3.521 (três mil e quinhentas e vinte e uma) baterias, com quantidade a ser registrada de 7.041 (sete mil e quarenta e uma) unidades.

28.1. As quantidades dos tribunais regionais eleitorais (TREs) participantes constam do Anexo I-III deste Termo de Referência.

C.3. Proposta de preços

29. Será classificada em primeiro lugar a proposta que atender a todos os requisitos deste Termo de Referência, de acordo com o item licitado, e apresentar o menor preço unitário.

Item	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Baterias de chumbo-ácido selada, 12V, 7Ah, com regime de descarga C20	Unidade	117.019		

Nota 1: Todos os valores devem incluir os tributos, seguro e demais taxas extras que façam parte do produto cotado.

30. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar, juntamente com a proposta de preços, os seguintes documentos:

2021.06.30.005.2026-5

Documento nº 1880020 v2

- 30.1. Documentação da especificação técnica da bateria, por meio de manuais, *folders* ou catálogos que comprovem que a bateria ofertada está de acordo com todas as especificações exigidas no item C.1 deste Termo de Referência;
- 30.2. Documentação técnica contendo as curvas de carga e descarga da bateria ofertada;
- 30.3. Comprovação de conformidade com a norma especificada no item E.4 – 79 deste Termo de Referência;
- 30.4. Laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 8, de 3/9/2012, conforme item E.4 – 80.1;

C.4. Prazo e local de entrega

31. As baterias correspondentes aos pedidos do TSE deverão ser entregues no Distrito Federal, no depósito da Seção de Gestão de Almoxarifado, situado na SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF, Ed. Sede, subsolo, de segunda a sexta-feira, das 10 às 17h.

31.1 As baterias correspondentes aos pedidos dos Tribunais Regionais Eleitorais (órgãos participantes) deverão ser entregues nas capitais dos estados ou região metropolitana. Haverá apenas um local de entrega em cada Estado. Os endereços para entrega e os contatos para agendamento da entrega constam do Anexo I-IV deste Termo de Referência.

32. Todas as entregas deverão ser previamente agendadas. Para a entrega no TSE, o contato deverá ser efetuado no telefone e/ou endereço eletrônico que segue:

E-mail	Telefone
sealm@tse.jus.br	(61) 3030-9166/8189

32.1 Para a entrega nos TREs, o contato deverá ser efetuado nos telefones e endereços eletrônicos constantes do Anexo I-IV.

33. O prazo de entrega será de:

33.1. Até 110 (cento e dez) dias corridos para o 1º (primeiro) contrato e para os contratos posteriores maiores ou iguais a 5.000 (cinco mil) unidades, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União;

33.2. Até 90 (noventa) dias corridos, para contratos posteriores maiores ou iguais a 2.000 (duas mil) e menores que 5.000 (cinco mil) unidades, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União;

33.3. Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, para contratos posteriores menores que 2.000 (duas mil) unidades, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União.

34. Ao Contratante fica reservado o direito de recusar de pronto o produto que flagrantemente não esteja em conformidade com a especificação constante deste Termo de Referência.

35. Os produtos deverão ser novos, não se admitindo, em hipótese alguma, o fornecimento de produto alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado.

36. Os produtos deverão ser entregues em embalagem original, sem avarias.

37. É permitida a subcontratação para as atividades de entrega/transporte do objeto do presente Termo de Referência, mediante solicitação formal ao contratante e prévia anuência da equipe técnica da STI.

C.5. Garantia

38. A garantia dos produtos será do tipo *on site*, no Distrito Federal e em todas as capitais das unidades da Federação.

38.1. A garantia dos produtos será acionada pela abertura de chamado, por parte da Justiça Eleitoral, nos canais apresentados pela Contratada (item 65 deste Termo de Referência), e mediante informação dos números dos contratos advindos desta licitação e dos dados de lote/fabricação (etiqueta citada no item 24 deste Termo de Referência).

39. O prazo de garantia, usual de mercado, será de no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD. No caso de ocorrerem entregas parceladas para o mesmo contrato, o prazo será contado a partir da data de emissão do último TRD.

40. A contratada deverá ainda garantir as baterias contra vazamento por mais 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do término da garantia expressa no item 39.

41. Constatando-se problemas originários de transporte ou do processo de produção, o fiscal técnico deverá notificar a Contratada, pelos meios de acesso exigidos no item 65, para que providencie a substituição do produto em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

42. O custo e a responsabilidade pelo recolhimento e entrega do produto durante o prazo de garantia serão da Contratada.

C.6. Recebimento

43. O recebimento provisório é o ato que transmite para a Administração a posse e a vigilância do bem e consiste no mero recebimento dos produtos no local designado pelo Contratante.

44. O recebimento provisório será realizado por servidor pertencente ao quadro do Contratante, o qual emitirá Termo de Recebimento Provisório (Anexo I-I).

44.1. Quando o valor da contratação for superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o Termo de Recebimento Provisório deverá ser emitido por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) servidores devidamente designados para tal (IN 11/2021 TSE).

45. O recebimento definitivo implica a aceitação dos produtos entregues ao Contratante.

46. O Fiscal Técnico terá o prazo de até 7 (sete) dias corridos, contados da data da emissão do TRP, para analisar a conformidade dos produtos, emitir o Termo de Recebimento Definitivo (Anexo I-II) e encaminhá-lo à Seção de Gestão de Almoxarifado (ou unidade responsável) para realizar os lançamentos contábeis, e à fiscalização administrativa para emitir a Nota Técnica de Atesto.

46.1. Quando o valor da contratação for superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o Termo de Recebimento Definitivo deverá ser emitido por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) servidores devidamente designados para tal (IN 11/2021 TSE);

46.2. Todas as evidências de descumprimento das obrigações assumidas, no todo ou em parte, pela Contratada constarão do TRD para viabilizar a apuração da importância exata a pagar.

47. O Fiscal Administrativo terá prazo de até 2 (dois) dias úteis para atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is), mediante emissão de Nota(s) Técnica(s) de Atesto – NTA, e encaminhar a documentação à unidade responsável, para fins de liquidação de despesas.

48. Deverão passar por medição das dimensões e avaliação técnica, conforme item C.1, um mínimo de 1% (um por cento) das baterias entregues em cada contrato, devendo a conformidade ser aferida ainda por meio da análise documental dos manuais das baterias.

48.1 Identificada qualquer irregularidade durante o recebimento definitivo do objeto, o fiscal técnico deverá notificar a Contratada, pelos meios de acesso exigidos no item 65, para que providencie a substituição do(s) produto(s) reprovado(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

48.1.1. Decorrido o prazo ou sanada a incorreção apontada pela fiscalização será reaberto novo prazo para emissão do TRD;

48.1.2. O TSE poderá rescindir a contratação caso o objeto entregue seja novamente reprovado.

49. A Contratada deverá recolher os produtos reprovados no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da notificação prevista no item 48.1. Caso não os recolha, esses poderão ser descartados pelo Contratante.

50. A fiscalização realizada pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência dessa, não implica corresponsabilidade da Administração, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

C.7. Pagamento

51. As notas fiscais de venda devem ser emitidas em nome do Contratante, utilizando-se, no caso do TSE, o CNPJ 00.509.018/0001-13 e encaminhadas, juntamente com a documentação exigida no Edital para pagamento, à Seção de Gestão de Almoxarifado do Tribunal Superior Eleitoral, SAF Sul, Quadra 7, Lotes 1/2, Sala A454, ou para o e-mail sealm@tse.jus.br, se for eletrônica.

51.1 Os dados para faturamento dos pedidos dos órgãos partícipes (TREs) serão encaminhados à Contratada, por e-mail ou ofício, em até 2 (dois) dias úteis antes da assinatura do respectivo contrato.

52. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, a partir do atesto da nota fiscal/fatura pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da Contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

52.1. O atesto do objeto contratado se dará pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto – NTA, conforme previsto na IN nº 14/2017 – TSE. O fiscal administrativo terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para emitir a NTA e remeter o processo a CEOFI, contados do recebimento do documento fiscal, acompanhado do Termo de Recebimento Definitivo – TRD e dos demais documentos exigidos para liquidação e pagamento da despesa;

52.2. Caso o valor faturado não seja superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil, a partir da apresentação da fatura, conforme § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

53. Na fase de liquidação e pagamento da despesa, a unidade de execução orçamentária e financeira realizará consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou nos sítios de cada órgão regulador, com fins de verificar a regularidade da Contratada perante a Seguridade Social e a Fazenda Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça Trabalhista, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.

D. OBRIGAÇÕES

D.1. Obrigações do contratante

54. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

55. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

56. Designar servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual. Acerca dos fiscais do contrato, considerar:

56.1. Fiscal Técnico: responsável por certificar a quantidade e a conformidade dos produtos entregues com o Termo de Referência, bem como por emitir o Termo de Recebimento Definitivo – TRD;

56.2. Fiscal Administrativo: responsável por fiscalizar o contrato quanto às sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais e emitir a Nota Técnica de Atesto, encaminhando os documentos necessários para liquidação de despesas à unidade competente.

Documento nº 1880020 v2

57. Permitir que os funcionários da Contratada, desde que devidamente identificados, tenham acesso aos locais de entrega.
58. Recusar qualquer produto entregue em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência ou com defeito.
59. Efetuar o pagamento à Contratada segundo as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

D.2. Obrigações da contratada

60. Fornecer todas as baterias dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência.
61. Executar, com observação dos prazos e exigências, as obrigações constantes neste Termo de Referência.
62. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência.
63. Informar, no ato da assinatura do contrato, o nome do responsável, os contatos de telefone e endereço eletrônico para comunicação com o Contratante, bem como manter os dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação.
- 63.1. Toda a comunicação referente à execução do objeto será realizada por meio do e-mail informado pela Contratada no momento da assinatura do contrato;
- 63.2. A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da caixa de e-mail.
- 63.3. A comunicação só será realizada de forma diversa quando a legislação exigir ou quando a contratada demonstrar ao fiscal os motivos que justifiquem a utilização de outra forma.
64. Encaminhar para o e-mail sipt@tse.jus.br, o leiaute das etiquetas e da impressão indelével, citados nos itens 23 e 24, respectivamente, em até 15 (quinze) dias corridos da publicação do extrato do contrato no DOU.
- 64.1. A fiscalização técnica terá 5 (cinco) dias corridos para analisar e solicitar alterações, caso necessário;
- 64.2. Eventuais alterações nos leiautes deverão ser efetuadas e novos modelos apresentados em até 5 (cinco) dias corridos da notificação pela fiscalização técnica, que terá outros 5 (cinco) dias corridos para reanálise.
65. Entregar declaração ao Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a publicação do extrato do contrato no DOU, formalizando a disponibilização de acesso por meio de central telefônica ("0800" ou outra), sistema via web ou endereço eletrônico, com o fim de abertura dos chamados de substituição dos produtos entregues em desconformidade ou dos chamados em decorrência de defeitos apresentados durante a vigência da garantia.
- 65.1. Tal meio de acesso deverá encontrar-se operante do dia anterior à primeira entrega dos produtos até o término do período de garantia, que abrange a garantia nominal e a garantia contra vazamento da bateria, previstas nos itens 39 e 40;
- 65.2. Toda abertura de chamado deverá gerar um número de protocolo, a ser repassado no momento do contato.
66. Acatar as recomendações e determinações efetuadas pelos fiscais do contrato.
67. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto deste Termo de Referência.
68. Fazer com que seus empregados submetam-se aos regulamentos de segurança e de disciplina durante o período de permanência nas dependências do Contratante, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários, shorts, camisetas regatas, sem camisa ou usando chinelos de dedo.
69. Comunicar imediatamente ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.
70. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos de qualquer forma ou prestadas pelo Contratante, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros, bem como a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato.
71. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação quanto à Regularidade Fiscal.
72. Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal de Venda, a documentação que comprove a origem dos bens (Declaração de Importação – DI) e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, quando tratar-se de bens de origem estrangeira.
73. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 73.1. A inadimplência da contratada com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Contratante, nem poderá onerar o objeto do contrato.

E. DISPOSIÇÕES GERAIS

E.1. Apresentação de amostra para aceitação da proposta

74. Será classificada em primeiro lugar a proposta que atender a todos os requisitos deste Termo de Referência e apresentar o menor preço unitário.
75. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar 1 (uma) amostra do modelo de bateria ofertado em sua proposta em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação pelo pregoeiro, para verificação da conformidade com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, observados os seguintes procedimentos:

75.1. A amostra deverá ser entregue na Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 7, Lotes 1 e 2, Brasília/DF, sala A451, em dias úteis, no horário de 10h às 19h, identificada com os seguintes campos: amostra, número, data e objeto da licitação, nome e telefone da licitante e de seu representante em Brasília, se for o caso;

75.2. O local, a data e o horário para a realização da avaliação da amostra pelo TSE serão informados às licitantes pelo Pregoeiro em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da amostra. A avaliação poderá ocorrer, a critério do TSE, em fins de semana, feriados e horários não comerciais;

75.3. A Comissão de Assessoramento Técnico – CAT será responsável pela avaliação da amostra;

79.3.1. A avaliação da amostra terá duração de, no máximo, 2 (dois) dias úteis;

79.3.2. A equipe técnica efetuará avaliação na amostra entregue, constando de inspeção visual e medição das dimensões, bem como verificará se os terminais estão de acordo com os itens 19 e 20 deste Termo de Referência;

75.4. Poderão, a critério do TSE e caso haja necessidade, mantido o prazo do item 79.3.1, ser realizadas outras verificações não previstas neste Termo de Referência, desde que tecnicamente motivadas ou em função de fundado receio de não aderência às especificações exigidas, conforme disposto na Nota Técnica nº 4/2009 – Sefti/TCU;

75.5. Será reprovada a amostra que esteja fora dos padrões determinados neste Termo de Referência, não sendo concedida segunda oportunidade à licitante, ou seja, a verificação não será repetida e nem será concedida possibilidade de manutenção ou ajustes da amostra;

75.6. Será facultado às licitantes e a qualquer interessado a participação na avaliação da amostra somente na condição de expectadores;

75.7. O TSE emitirá o relatório de avaliação a amostra em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após sua realização;

75.8. A critério do TSE, conforme Nota Técnica nº 4/2009 – Entendimento II – VI.2 – 73 do Tribunal de Contas da União, caso o produto ofertado pela licitante classificada em 1º lugar já tenha sido fornecido em certames anteriores, a licitante poderá ser "dispensada do procedimento" de avaliação da amostra;

75.9. A amostra entregue pela licitante permanecerá com a equipe técnica para comparação quando do recebimento dos produtos contratados e será devolvida à empresa após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

75.9.1. Qualquer dano causado à amostra durante a avaliação não será objeto de ressarcimento pelo TSE à licitante;

75.9.2. A licitante terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo mencionado no *caput*, para retirar a amostra em poder da equipe técnica;

75.9.3. As amostras recusadas estarão à disposição das licitantes, que deverão retirá-las no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir da data em que for homologado o processo licitatório;

75.9.4. A não retirada das amostras dentro dos prazos fixados será considerada abandono dos produtos, podendo a Administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente;

75.10. Caso não seja apresentada amostra pela licitante classificada em primeiro lugar ou essa seja reprovada, será solicitada amostra da segunda colocada, que deverá apresentá-la em até 10 (dez) dias corridos, e assim sucessivamente.

E.2. Vigência do contrato

76. O contrato terá vigência a partir da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU) e duração de 12 (doze) meses.

E.3. Documentos de habilitação

77. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou a contento o fornecimento de produto similar ao objeto deste Termo de Referência, no quantitativo mínimo de 20% (vinte por cento) do total registrado.

77.1. Será considerado objeto compatível bateria automotiva, bateria para alarmes e cerca elétrica, bateria para nobreak;

77.2. Será admitido o somatório de atestados desde que o fornecimento tenha sido executado simultaneamente em período não superior a 30 (trinta) dias corridos entre si;

77.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

78. Apresentar Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, em atendimento ao item E.4 – 80.2 e subitens.

78.1. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta *on line* ao site oficial do IBAMA;

78.2. Caso o fornecedor seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, a licitante deverá apresentar o documento probatório, sob as penas da lei.

E.4. Critérios de Sustentabilidade

79. A bateria deverá atender à norma IEC 61056-1, (*General purpose lead-acid batteries (valve-regulated types) – Part 1: General requirements, functional characteristics – Methods of test*) Ed 2.0, ou outra que vier a substituí-la.

79.1. Para comprovação de atendimento deste item, a empresa deverá apresentar declaração, desde que o documento contenha os dados necessários para verificação, via Internet, junto ao instituto de certificação acreditado pelo IEC (*International Electrotechnical Commission*). Nesse caso, a empresa deverá indicar o endereço web para verificação. Também será aceito certificado expedido por instituição acreditada pelo IEC.

80. Para o objeto deste Termo de Referência, somente será admitida a oferta de baterias:

80.1 Cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 4/11/2008, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 8, de 3/9/2012;

80.2 De licitante regularmente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, nos seguintes enquadramentos:

80.2.1 Fabricante: categoria 5-1 (fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores);

80.2.2 Comerciante/importador: categoria 18-81 (Comércio de produtos químicos e produtos perigosos).

81. As embalagens das baterias deverão conter, de forma clara, visível e em língua portuguesa, a simbologia indicativa da destinação adequada, as advertências sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente etc., consoante Resolução CONAMA nº 401/2008, art. 14.

81.1 As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, conforme disposto no art. 32 da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

E.5. Preço Estimado

Item	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R\$)
1	Bateria de chumbo-ácido selada, 12V, 7Ah, com regime de descarga C20	unidade	117.019	R\$ 94,98

ANEXO I-I - MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

FORNECEDOR:				
CNPJ:				
ATA/CONTRATO:				
NOTA DE EMPENHO:				
Nº DANFE/NOTA FISCAL:				
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:				
COMISSÃO (se for o caso)				
Membros:				
1º				
2º				
3º				
LISTA DE VERIFICAÇÃO				
ITEM	CRITÉRIOS DE CONFERÊNCIA	SIM	NÃO	N/A
1	Material constante na Nota Fiscal coincide com o objeto do contrato?			
2	Os campos relativos à quantidade, valor, descrição do material e CNPJ do fornecedor constantes da Nota Fiscal estão conforme a Nota de Empenho?			
3	Os volumes entregues estão de acordo com o especificado na Nota Fiscal e na guia da transportadora?			
4	Foi verificado, individualmente, o quantitativo, a marca e a situação física do material, ainda que acondicionado dentro de caixas?			
5	Foi feita anotação de qualquer irregularidade detectada no canhoto da nota fiscal de entrega do material?			
6	Foi carimbada a nota fiscal com o carimbo de recebimento provisório, informando data e hora da entrega do material?			
7	Foi indicado, no canhoto assinado da nota fiscal, que o material está sujeito à conferência posterior?			
8	Foi comunicada ao fiscal ou gestor competente qualquer irregularidade detectada que gere a necessidade de aguardar decisão sobre o recebimento do material?			
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS				
RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO				
Na data de __/__/__, foram entregues os materiais, conforme natureza e quantidade indicados na Nota Fiscal/DANFE anexos, ressalvados os fatos indicados no relatório de ocorrências, portanto, decidiu-se por:				
	RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO			
	NÃO RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO			

ANEXO I-II - MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

FORNECEDOR:				
CNPJ:				
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO:				
VIGÊNCIA:				
PRORROGÁVEL: () Sim () Não				
DANFE:				
OBJETO:				
FISCAIS TÉCNICOS				
Titular:				
1º Substituto:				
2º Substituto:				
COMISSÃO (se for o caso)				
Membros:				
1º				
2º				
3º				
FISCAIS ADMINISTRATIVOS:				
Titular:				
1º Substituto:				
2º Substituto:				
LISTA DE VERIFICAÇÃO				
ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS				
ITEM	CRITÉRIOS DE CONFERÊNCIA	SIM	NÃO	N/A
1	O material foi entregue conforme quantitativo e prazo especificados no contrato?			
2	O quantitativo constante em nota fiscal/DANFE está condizente com o quantitativo previsto no contrato?			
ANÁLISE DOS ASPECTOS QUALITATIVOS				
ITEM	CRITÉRIOS DE CONFERÊNCIA	SIM	NÃO	N/A
1	As baterias foram entregues em perfeito estado?			
2	As baterias possuem conectores faston 187?			
3	Há vazamento nas baterias?			
4	As baterias possuem as dimensões especificadas contratualmente?			
5	A serigrafia na lateral das baterias confere com a exigida em contrato?			
6	As etiquetas constantes da face abaixo dos conectores conferem com o formato e possui as informações exigidas?			
PARECER DA FISCALIZAÇÃO				
	A CONTRATADA ATENDEU AOS ASPECTOS QUALITATIVOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO			
	A CONTRATADA NÃO ATENDEU AOS ASPECTOS QUALITATIVOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO (vide observações no Relatório de Ocorrências)			
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS				
RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO				
Efetuada a análise de conformidade do objeto com as especificações do Termo de Referência, quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos, a fiscalização decide por:				

	RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO
	NÃO RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO

ANEXO I-III - DO QUANTITATIVO REGISTRADO

TRE	Demanda inicial	Quantidade registrada
TRE-AC	700	800
TRE-AL	688	2.603
TRE-AM	743	854
TRE-AP	0	0
TRE-BA	2.125	4.000
TRE-CE	4.476	4.923
TRE-DF	500	1.000
TRE-ES	2.000	3.000
TRE-GO	1.300	2.000
TRE-MA	1.398	2.546
TRE-MG	10.000	10.500
TRE-MS	0	1.420
TRE-MT	3.650	4.070
TRE-PA	1.662	2.000
TRE-PB	3.600	4.500
TRE-PE	4.533	5.341
TRE-PI	1.385	1.662
TRE-PR	4.700	8.000
TRE-RJ	8.000	17.915
TRE-RN	1.260	2.172
TRE-RO	1.531	3.167
TRE-RR	125	400
TRE-RS	543	4.500
TRE-SC	3.500	6.000
TRE-SE	0	465
TRE-SP	10.605	14.140
TRE-TO	1.000	2.000
TSE	3.521	7.041
TOTAL	73.545	117.019

ANEXO I-IV - ENDEREÇOS DE ENTREGA (pode ser alterado)

TRE	E-MAIL DA SEÇÃO	FONE/FAX	ENDEREÇO DE ENTREGA
AC	sealm@tre-ac.jus.br	(68) 3226-4760	Alameda Miguel Ferrante sem número, Bairro Portal da Amazônia, Rio Branco/AC. CEP: 69915932
AL	almoxarifado@tre-al.jus.br	(82) 3328-1947 9335-0636	Avenida Menino Marcelo, 7.200 D Bairro Serraria CEP: 57046-000. Maceió/AL (Referência: em frente à SAMU e próximo à concessionária AUTO VANESSA)
AM	sealm@tre-am.jus.br	(92) 3632-4473 (92) 3632-4477 (92) 3632 4474 (92) 3632 4400 (R- 5573)	Avenida André Araújo, 200 - Aleixo. Manaus/AM. CEP 69060-000
AP	cmp@tre-ap.jus.br	(96) 3198-7584 (96) 98121-7976 (96) 2101-1584 (96) 2101-1578 (96) 2101-1644	Avenida Mendonça Júnior, 1502, Centro – Macapá/ AP. CEP 68900-914
BA	segea@tre-ba.jus.br	(71) 3373-7076 (71) 3373-7078	Centro de Apoio Técnico do TRE Loteamento Porto Seco Pirajá, Quadra A, Lote 16/17, Rua A, via Marginal da BR 324, Salvador/BA. CEP 41230-030. Telefone do anexo (71) 3215-0732
CE	sealx@tre-ce.jus.br	(85) 3453-3741 (85) 3453-3742	Rua Salgado Filho, 300 - Antonio Bezerra Fortaleza/CE. CEP 60361-020
DF	semac@tre-df.gov.br	(61) 3048-4070 (61) 3048-4198 (61) 3342-1806	Praça Municipal, Quadra 2, lote 6, 1º subsolo, sala S-106, Edifício Sede, Brasília/DF. CEP 70094-901 SGON, Qd. 1 Lote 40/60, Brasília/DF. CEP 70.710-903
ES	salmop@tre-es.jus.br	(27) 2121-8643 (27) 2121-8634	Avenida João Batista Parra, 575 – Praia do Suá, Vitória/ES. CEP 29052-123
GO	almoxarifado@tre-go.jus.br secpa@tre-go.jus.br	(62) 3521-2218 (62) 3521-2278	Edifício Desembargador Messias Costa, Rua 25-A, esquina com Rua 17-A, Qd 63-A, Setor Aeroporto, Goiânia/GO. CEP 74070-150. Obs.: ao lado da FUNDEC (atual SEMAS)
MA	segala@tre-ma.jus.br	(98) 2107-8758 (98) 2107-8734 (98) 2107-8732	PRÉDIO ANEXO DO TRE/MA Avenida Senador Vitorino Freire s/n, Bairro Areinha, São Luís/MA. CEP 65010-917 FÓRUM ELEITORAL Avenida Senador Vitorino Freire s/n, Bairro Madre Deus, São Luís/MA. CEP 65025-902
MG	segala@tre-mg.jus.br almoxarifado@tre-mg.jus.br	Chefia (31) 3034-8717/8718 Chefe Substituto (31) 3034-8715/8716	BR 040 KM 2,5 – Rua Flor de Trigo, 20/24 Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG. CEP 30865-330
MS	todos.almox@tre-ms.jus.br	(67) 3361-0016 (67) 9984-6674	Rua Delegado José Alfredo Hardman, nº 184 – Jardim Veraneio – Campo Grande/MS
MT	sm@tre-mt.jus.br	(65) 3362-8122	Avenida Historiador Rubens de Mendonça (Avenida do CPA), 4.750, Centro Político Administrativo – Almojarifado da Seção de Material – Cuiabá/MT. CEP: 78.049-941
PA	seal@tre-pa.jus.br	(91) 3346-8745 (91) 3346-8744 (91) 3346-8743	Rua João Diogo, 288. Campina Belém/PA. CEP 66015-902
PB	seal@tre-pb.jus.br	(83) 3512-1204 (83) 3512-1205 (83) 3512-1431	TRE (Sede) Av. Princesa Isabel, 201 – Bairro Tambiá, João Pessoa/PB. CEP: 58020-528
PE	almox@tre-pe.jus.br	(81) 3194-9545	Av. Camarão, 200 Iputinga, Recife/PE. CEP 50721-360
PI	seal@tre-pi.jus.br	(86) 2107-9811	Pça. Desembargador Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico – Bairro Cabral

2021.03.0000020-3
2021.03.0000020-3

		(86) 2107-9686 (86) 2107-9798	Teresina/PI. CEP: 64.000-180
PR	logmat@tre-pr.jus.br slmc@tre-pr.jus.br	(41) 3072-4839 (41) 3072-4879	Rua João Parolin, 224 – Bairro Prado Velho, Curitiba/PR. CEP 80220-902
RJ	sealmo@tre-rj.jus.br	(21) 2589-7784 (21) 2580-2690	Avenida Brasil, nº 2.540 – Benfica, Rio de Janeiro/RJ. CEP 20930-040
	seurna@tre-rj.jus.br	(21) 2223-1404 (21) 2233-3726	SEÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS Avenida Rodrigues Alves, 161 – Saúde – Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20081-250
RN	salm@tre-rn.jus.br	(84) 3654-5242 (84) 3654-5240 (84) 3654-5241	COJE – Centro de Operações da Justiça Eleitoral Rua da Torre, s/n – Bairro Tirol. Natal/RN. CEP: 59015-380
RO	almox@tre-ro.jus.br	(69) 3211-2092 (69) 3211-2268 (69) 3211-2051	Avenida Presidente Dutra nº 1889, Bairro Baixa da União, Porto Velho/RO. CEP 76.805-859
RR	cmp@tre-rr.jus.br	(95) 2121-7027 (95) 2121-7030	Avenida Juscelino Kubitschek, 543 – Bairro São Pedro, Boa Vista/RR. CEP: 69306-685
RS	almoxarifado@tre-rs.jus.br	(51) 3294-8316	Ernesto da Fontoura, 164, Bairro São Geraldo, Porto Alegre/RS. CEP 90230-090
SC	ccm-sap@tre-sc.jus.br almoxarifado@tre-sc.jus.br	(48) 3251-3753 (48) 99162-5542	Servidão Antônio José Guarezi, 130 – Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC. CEP 88.133-902
SE	sealm@tre-se.jus.br	(79) 3209-8641 (79) 3209-8698	Centro Administrativo Augusto Franco, Variante 2, lote 7 e 12, Bairro Capucho. Aracaju/SE. CEP 49081-000 (Em frente ao Tribunal de Contas)
SP	scgalm@tre-sp.jus.br	(11) 3131-2680 (11) 3130-2682 (11) 3130-2683	Rua General Júlio Marcondes Salgado, 199 – Bairro Santa Cecília, São Paulo/SP. CEP 01201-020
TO	spa@tre-to.jus.br	(63) 3233-9778 (63) 3233-9779	Quadra 112 sul (antiga Arse 15), Conjunto 8, Rua SR 03, Lote 32, Plano Diretor Sul. Palmas/TO. CEP: 77.020-172.
TSE	sealm@tse.jus.br	(61) 3030-8189 (61) 3030-9166	SAFS, Quadra 7 Lotes 1 e 2, Ed. Sede do TSE, sala VSS15 – Brasília/ DF. CEP 70070-600

ANEXO I-V – MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

A empresa **Nome da Empresa**, com sede na **Endereço da empresa**, na cidade de **Cidade, (UF)**, CNPJ nº **000.000.000/0000-0**, neste ato representada pelo seu **Cargo do Representante**, Senhor(a) **Nome do Representante** portador(a) da Carteira de Identidade nº **Identidade do Representante**, CPF nº **CPF do Representante**, em atenção ao art. 44 da IN MPDG nº 5/2017, DESIGNA, o(a) Senhor(a) **Nome do Colaborador**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **Identidade do Colaborador**, CPF nº **CPF do Colaborador**, para atuar como preposto no âmbito do **Contrato-TSE nº xx/xxxx**.

2. O preposto designado representará a empresa perante o Tribunal Superior Eleitoral, zelará pela boa execução do objeto contratual, exercendo os seguintes poderes e deveres:

a)	Cumprir com as obrigações previstas no contrato.
b)	Ser acessível ao Contratante, por intermédio de número de telefones fixo e celular informado neste formulário.
c)	Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.
d)	Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº ____/2021.
e)	Fazer com que seus empregados submetam-se aos regulamentos de segurança e de disciplina durante o período de permanência nas dependências do Contratante, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajés sumários (shorts, camisetas regatas, sem camisa ou usando chinelos de dedo).
f)	Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.
g)	Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos de qualquer forma ou prestadas pelo Contratante, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros, bem como a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato.

3. A comunicação entre o preposto e o Tribunal Superior Eleitoral será efetuada por meio do telefone **(61)3030-8946** ou do e-mail **sipt@tse.jus.br**.

4. A **Nome da Empresa** compromete-se a manter atualizados, durante toda fase de execução da contratação, os contatos de telefone e e-mail para comunicação com o Tribunal Superior Eleitoral.

ADAÍRES AGUIAR LIMA
SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em **15/12/2021, às 14:44**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em

[https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1880020&crc=D190DD16)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1880020&crc=D190DD16](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1880020&crc=D190DD16), informando, caso não preenchido, o código verificador **1880020** e o código CRC **D190DD16**.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TSE Nº 15/2022

PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA URNAS ELETRÔNICAS

2021.00.000002026-5

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral, com sede no Setor de Administração Federal Sul, SAFS Q. 7, Lotes 1 e 2, Brasília/DF, CNPJ nº 00.509.018/0001-13, neste ato representado pelo **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA**, Senhor **RUI MOREIRA DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 312.834 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 183.157.041-68, no uso de suas atribuições legais, resolve, nos termos das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002 do Decreto nº 7.892/2013, em face da **Licitação TSE nº 90/2021**, PA SEI nº 2021.00.000002026-5, modalidade pregão, forma eletrônica – SRP, registrar os preços da empresa **UNICOPA INDÚSTRIA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA S.A.**, segundo as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas modelos 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

1.1. Farão parte deste Registro de Preços, como órgãos participantes, os Tribunais Regionais Eleitorais - TREs, que ficarão responsáveis por suas respectivas contratações.

2. DA EMPRESA REGISTRADA

Empresa **Unicoba Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A.**, CNPJ nº 07.589.288/0001-20, com sede na Rua Josepha Gomes de Souza, 302, Bairro dos Pires, Extrema / MG, CEP: 37640-000. Fone: (11) 5078-5513; (13) 3453-3270; Fax (13)3453-3297. E-mail: governo@unipower.com.br; representada por seu Procurador, **Senhor Leonardo Maciel Spinola da Cunha**, RG nº 469117400 SSP/BA e CPF 671.433.345-53.

3. DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços, as quantidades e as especificações registradas constam da proposta da empresa adjudicatária e do Anexo II-I - Itens Registrados, desta Ata de Registro de Preços.

4. DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO E DO PEDIDO DE FORNECIMENTO

4.1. Após a assinatura desta ata de registro de preços, sempre que houver necessidade de fornecimento, o TSE/TRE convocará a empresa cujo preço foi registrado para assinatura do termo de contrato correspondente, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital da Licitação.

4.1.1. A contratada deverá entregar os produtos nos prazos especificados no Capítulo C.4, item 33 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

4.2. A empresa convocada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta ata de registro de preços.

4.3. Ao assinar a ata de registro de preços, a contratada obriga-se a efetuar o fornecimento conforme especificações e condições contidas no Edital da Licitação e seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

4.4. Quando a contratada não aceitar a nota de empenho ou instrumento equivalente, sem justificativa, seu registro será cancelado nos termos do art. 20, II, do Decreto nº 7.892/2013, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Nesse caso, serão convocadas as demais empresas registradas no cadastro de reserva, na ordem de classificação, conforme o disposto no art. 11, inciso II, daquele Decreto.

5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Constituem obrigações do TSE (órgão gerenciador), além das especificadas no Edital da Licitação e seus anexos:

5.1.1. gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, da empresa registrada, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo os quantitativos definidos no Edital da Licitação;

5.1.2. notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;

5.1.3. promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados;

5.1.4. conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços registrados e à aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

5.2 Constituem obrigações da empresa registrada, além das discriminadas no Edital da Licitação:

5.2.1. assinar esta ata e aceitar a respectiva nota de empenho, conforme previsto;

5.2.2. fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

5.2.3. manter atualizados os dados da empresa e de seus representantes, tais como: endereços, telefones, e-mail, dentre outros.

6. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo, até o 10º (décimo) dia útil, a partir do atesto da nota fiscal/fatura pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93, cumpridos os requisitos dispostos no Capítulo XIII do Edital da Licitação, bem como na Cláusula Sexta da minuta de contrato - Anexo III do Edital.

7. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TSE, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado: $I = \{(6/100)/365\}$).

8. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Esta ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas nos artigos 17, 18 e 19 do Decreto n.º 7.892/2013.

8.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao TSE promover as necessárias negociações com a empresa registrada, observadas as disposições contidas na alínea "d", inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

8.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o TSE deverá convocar a empresa registrada visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado, podendo liberá-la do compromisso assumido, se frustrada a negociação.

8.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa registrada, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TSE poderá liberá-la do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução do objeto e sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

8.5. Não havendo êxito na negociação, o TSE deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9. DA REVOGAÇÃO DA ATA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1. O inadimplemento de condições estabelecidas nesta ata de registro de preços, por parte da empresa registrada, assegurará ao TSE o direito de revogar o respectivo registro do fornecedor inadimplente, mediante notificação, com prova de recebimento;

9.2. A empresa registrada terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições desta ata de registro de preços;
- b) não aceitar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 ou no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.

9.3. O cancelamento de registro do fornecedor, nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d”, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do TSE.

9.4. O cancelamento do registro de preço poderá ocorrer por fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido da licitante registrada.

9.5. Além das hipóteses previstas no item 9.2 acima, constituem ainda motivos para o cancelamento do registro do respectivo fornecedor:

- a) atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao TSE;
- b) cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pela fiscalização;
- c) hipótese prevista no item 48.1.2. do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

9.6. Na ocorrência do cancelamento do registro de um fornecedor, nas situações descritas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, serão convocadas as demais empresas registradas no cadastro de reserva, na ordem de classificação, conforme o disposto no art. 11, II, §§ 1º, 2º e 3º do Decreto nº 7.892/2013.

10. DA VIGÊNCIA

A vigência desta ata de registro de preços é de 1 (um) ano, contado da publicação do seu extrato no órgão da Imprensa Oficial.

11. DAS PENALIDADES

A empresa registrada ficará sujeita, nos casos de inexecução total ou parcial de suas obrigações, às sanções previstas no Capítulo XIV do Edital da Licitação, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência à licitante registrada em igualdade de condições.

12.2. A empresa registrada nesta ata declara estar ciente de suas obrigações para com o TSE, nos termos do Edital da Licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte da presente ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.3. Cabe ao TRE participante, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao TSE (órgão gerenciador).

12.4. As demais condições estão consignadas nos seguintes documentos, que são parte desta ata, independentemente de transcrição:

12.4.1. Edital de Licitação TSE nº 90/2021.

12.4.2. Termo de Referência, correspondente ao Anexo I do Edital da Licitação.

12.4.3. Proposta da empresa registrada, ajustada ao último lance do pregão.

12.5.4. Ata de realização da sessão pública do pregão, para efeito do disposto no inciso II, art. 11 do Decreto nº 7.892/2014.

13. DO FORO

O foro da Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para solucionar conflitos de interesses entre o TSE e a empresa registrada relativos à presente ata.

14. DA PUBLICIDADE

O extrato da presente ata de registro de preços será publicado no órgão da Imprensa Oficial, conforme o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

ANEXO II-I - ITEM REGISTRADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TSE Nº 15/2022

No dia ____ de _____ de 2022, no Tribunal Superior Eleitoral, órgão gerenciador desta Ata, registra-se os preços da empresa abaixo identificada para eventual aquisição de baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas modelos 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015, conforme descrito no quadro abaixo, resultante do Pregão Eletrônico TSE nº 90/2021. As especificações técnicas constantes do Procedimento Administrativo nº 2021.00.000002026-5, bem assim a Proposta de Preços integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

Esta ata de registro de preços tem vigência de um ano, até ____ de _____ de 2023.

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade Registrada TRES/TSE	Preço Unitário
1	Baterias de chumbo-ácido selada, 12V, 7Ah, com regime de descarga C20	Unidade	117.019	R\$83,00

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente anexo em duas vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Pelo órgão gerenciador:

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
Diretor-Geral de Secretária do TSE

Pela empresa registrada:

Leonardo Maciel Spinola da Cunha
Representante legal da empresa

ANEXO II-III – QUANTITATIVO REGISTRADO

TRE	Demanda inicial	Quantidade registrada
TRE-AC	700	800
TRE-AL	688	2.603
TRE-AM	743	854
TRE-AP	0	0
TRE-BA	2.125	4.000
TRE-CE	4.476	4.923
TRE-DF	500	1.000
TRE-ES	2.000	3.000
TRE-GO	1.300	2.000
TRE-MA	1.398	2.546
TRE-MG	10.000	10.500
TRE-MS	0	1.420
TRE-MT	3.650	4.070
TRE-PA	1.662	2.000
TRE-PB	3.600	4.500
TRE-PE	4.533	5.341
TRE-PI	1.385	1.662
TRE-PR	4.700	8.000
TRE-RJ	8.000	17.915
TRE-RN	1.260	2.172
TRE-RO	1.531	3.167
TRE-RR	125	400
TRE-RS	543	4.500
TRE-SC	3.500	6.000
TRE-SE	0	465
TRE-SP	10.605	14.140
TRE-TO	1.000	2.000
TSE	3.521	7.041
TOTAL	73.545	117.019

ANEXO II-IV – ENDEREÇOS DE ENTREGA (pode ser alterado)

TRE	E-MAIL DA SEÇÃO	FONE/FAX	ENDEREÇO DE ENTREGA
AC	sealm@tre-ac.jus.br	(68) 3226-4760	Alameda Miguel Ferrante sem número, Bairro Portal da Amazônia, Rio Branco/AC. CEP: 69915932
AL	almoxarifado@tre-al.jus.br	(82) 3328-1947 9335-0636	Avenida Menino Marcelo, 7.200 D Bairro Serraria CEP: 57046-000. Maceió/AL (Referência: em frente à SAMU e próximo à concessionária AUTO VANESSA)
AM	sealm@tre-am.jus.br	(92) 3632-4473 (92) 3632-4477 (92) 3632 4474 (92) 3632 4400 (R- 5573)	Avenida André Araújo, 200 - Aleixo. Manaus/AM. CEP 69060-000
AP	cmp@tre-ap.jus.br	(96) 3198-7584 (96) 98121-7976 (96) 2101-1584 (96) 2101-1578 (96) 2101-1644	Avenida Mendonça Júnior, 1502, Centro – Macapá/ AP. CEP 68900-914
BA	segea@tre-ba.jus.br	(71) 3373-7076 (71) 3373-7078	Centro de Apoio Técnico do TRE Loteamento Porto Seco Pirajá, Quadra A, Lote 16/17, Rua A, via Marginal da BR 324, Salvador/BA. CEP 41230-030. Telefone do anexo (71) 3215-0732
CE	sealx@tre-ce.jus.br	(85) 3453-3741 (85) 3453-3742	Rua Salgado Filho, 300 - Antonio Bezerra Fortaleza/CE. CEP 60361-020
DF	semac@tre-df.gov.br	(61) 3048-4070	Praça Municipal, Quadra 2, lote 6, 1º subsolo.

2021.00.060002026-5

Documento nº 1962371 v23

		(61) 3048-4198	sala S-106, Edifício Sede, Brasília/DF. CEP 70094-901
		(61) 3342-1806	SGON, Qd. 1 Lote 40/60, Brasília/DF. CEP 70.710-903
ES	salmop@tre-es.jus.br	(27) 2121-8643 (27) 2121-8634	Avenida João Batista Parra, 575 – Praia do Suá, Vitória/ES. CEP 29052-123
GO	almoxarifado@tre-go.jus.br secpa@tre-go.jus.br	(62) 3521-2218 (62) 3521-2278	Edifício Desembargador Messias Costa, Rua 25-A, esquina com Rua 17-A, Qd 63-A, Setor Aeroporto, Goiânia/GO. CEP 74070-150. Obs.: ao lado da FUNDEC (atual SEMAS)
MA	segal@tre-ma.jus.br	(98) 2107-8758 (98) 2107-8734	PRÉDIO ANEXO DO TRE/MA Avenida Senador Vitorino Freire s/n, Bairro Areinha, São Luís/MA. CEP 65010-917
		(98) 2107-8732	FÓRUM ELEITORAL Avenida Senador Vitorino Freire s/n, Bairro Madre Deus, São Luís/MA. CEP 65025-902
MG	segal@tre-mg.jus.br almoxarifado@tre-mg.jus.br	Chefia (31) 3034-8717/8718 Chefe Substituto (31) 3034-8715/8716	BR 040 KM 2,5 – Rua Flor de Trigo, 20/24 Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG. CEP 30865-330
MS	todos.almox@tre-ms.jus.br	(67) 3361-0016 (67) 9984-6674	Rua Delegado José Alfredo Hardman, nº 184 – Jardim Veraneio – Campo Grande/MS
2021.00.000002026-5			Documento nº 1962371 v23

MT	sm@tre-mt.jus.br	(65) 3362-8122	Avenida Historiador Rubens de Mendonça (Avenida do CPA), 4.750, Centro Político Administrativo – Almoxarifado da Seção de Material – Cuiabá/MT. CEP: 78.049-941
PA	seal@tre-pa.jus.br	(91) 3346-8745 (91) 3346-8744 (91) 3346-8743	Rua João Diogo, 288. Campina Belém/PA. CEP 66015-902
PB	seal@tre-pb.jus.br	(83) 3512-1204 (83) 3512-1205 (83) 3512-1431	TRE (Sede) Av. Princesa Isabel, 201 – Bairro Tambiá, João Pessoa/PB. CEP: 58020-528
PE	almox@tre-pe.jus.br	(81) 3194-9545	Av. Camarão, 200 Iputinga, Recife/PE. CEP 50721-360
PI	sealp@tre.pi.jus.br	(86) 2107-9811 (86) 2107-9686 (86) 2107-9798	Pça. Desembargador Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico – Bairro Cabral, Teresina/PI. CEP: 64.000-180
PR	logmat@tre-pr.jus.br slmc@tre-pr.jus.br	(41) 3072-4839 (41) 3072-4879	Rua João Parolin, 224 – Bairro Prado Velho, Curitiba/PR. CEP 80220-902
2021.00.000002026-5			

RJ	sealmo@tre-rj.jus.br	(21) 2589-7784 (21) 2580-2690	Avenida Brasil, nº 2.540 – Benfica, Rio de Janeiro/RJ. CEP 20930-040
	seurna@tre-rj.jus.br	(21) 2223-1404 (21) 2233-3726	SEÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS Avenida Rodrigues Alves, 161 – Saúde – Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20081-250
RN	salm@tre-rn.jus.br	(84) 3654-5242 (84) 3654-5240 (84) 3654-5241	COJE – Centro de Operações da Justiça Eleitoral Rua da Torre, s/n – Bairro Tirol. Natal/RN. CEP: 59015-380
RO	almox@tre-ro.jus.br	(69) 3211-2092 (69) 3211-2268 (69) 3211-2051	Avenida Presidente Dutra nº 1889, Bairro Baixa da União, Porto Velho/RO. CEP 76.805-859
RR	cmp@tre-rr.jus.br	(95) 2121-7027 (95) 2121-7030	Avenida Juscelino Kubitschek, 543 – Bairro São Pedro, Boa Vista/RR. CEP: 69306-685
RS	almoxarifado@tre-rs.jus.br	(51) 3294-8316	Ernesto da Fontoura, 164, Bairro São Geraldo, Porto Alegre/RS. CEP 90230-090
SC	ccm-sap@tre-sc.jus.br almoxarifado@tre-sc.jus.br	(48) 3251-3753 (48) 99162-5542	Servidão Antônio José Guarezi, 130 – Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC. CEP 88.133-902
SE	sealm@tre-se.jus.br	(79) 3209-8641 (79) 3209-8698	Centro Administrativo Augusto Franco, Variante 2, lote 7 e 12, Bairro Capucho. Aracaju/SE. CEP 49081-000 (Em frente ao Tribunal de Contas)

2021.00.000002026-5

Documento nº 1962371 v23

SP	scgalm@tre-sp.jus.br	(11) 3131-2680 (11) 3130-2682 (11) 3130-2683	Rua General Júlio Marcondes Salgado, 199 – Bairro Santa Cecília, São Paulo/SP. CEP 01201-020
TO	spa@tre-to.jus.br	(63) 3233-9778 (63) 3233-9779	Quadra 112 sul (antiga Arse 15), Conjunto 8, Rua SR 03, Lote 32, Plano Diretor Sul. Palmas/TO. CEP: 77.020-172.
TSE	sealm@tse.jus.br	(61) 3030-8189 (61) 3030-9166	SAFS, Quadra 7 Lotes 1 e 2, Ed. Sede do TSE, sala VSS15 – Brasília/ DF. CEP 70070- 600

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR-GERAL



Documento assinado eletronicamente em **16/03/2022, às 15:17**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



LEONARDO MACIEL SPINOLA DA CUNHA
USUÁRIO EXTERNO



Documento assinado eletronicamente em **17/03/2022, às 14:56**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em
https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1962371&crc=16337992,
informando, caso não preenchido, o código verificador **1962371** e o código CRC **16337992**.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 01º Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento TCR2021/0026, celebrado com a OLIVEIRA E MELLO SERVIÇOS MÉDICOS E DE SAÚDE LTDA. (HOSPITAL DR. ALBERT SABIN). CNPJ: 14.864.244/0002-08. Processo: 200.011521/2020-98. Data da Assinatura: 16/03/2022. Objeto: Fica alterada a razão social da CONTRATADA constante do preâmbulo do Termo de Credenciamento nº 026/2021, passando de "OLIVEIRA E MELLO SERVIÇOS MÉDICOS E DE SAÚDE LTDA. (HOSPITAL DR. ALBERT SABIN)" para "DMS - SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA. (HOSPITAL SANTA MARTA - ASA NORTE)". Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela credenciada: Sebastião Maluf.

RETIFICAÇÃO

No D.O.U. do dia 14/03/2022, página 177, seção 3, Termo de Adesão TA2022/0001 ao Acordo de Cooperação Técnica ACT2021/0235. Processo: 200.010732/2021-94, celebrado com o TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Onde se lê: "Vigência: início: 11/03/2022 - final: 10/03/2024", leia-se: "Vigência: início: 14/03/2022 - final: 10/03/2024".

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2022 - UASG 20001

Nº Processo: 00200.014969/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada parao fornecimento de assinaturas eletrônicas, para o acesso digital irrestrito a veículos de comunicação -revistas -por meio da internet, às notícias de interesse do Senado Federal, dos Senadores, bem como às necessidades operacionais da Coordenação de Biblioteca, durante 4(quatro) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 7. Edital: 18/03/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Via N2, Senado Federal, Bloco 16, 1º Pavimento,, Zona Cívico Administrativa - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/20001-5-00032-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 18/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/03/2022 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações doobjeto descritas no CATSere as constantes do edital prevalecerão as últimas..

MARCUS VINICIUS DE MIRANDA CASTRO
Pregoeiro

(SIASGnet - 17/03/2022) 20001-00001-2022NE000006

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº processo: 000350/2022. Objeto: Contratação de evento externo de capacitação: "Nova Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021". Contratado: NP Treinamentos LTDA. Fundamento Legal: inciso II do art. 25 c/c o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93. Declaração de Inexigibilidade: em 10/03/2022, por Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro, Secretária de Orçamento, Finanças e Contratações. Ratificação: em 14/03/2022, por Edmundo Veras dos Santos Filho, Diretor-Geral.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 40/2019, celebrado entre o STF e a empresa INTELIGOV - APLICATIVOS DE INTERNET LTDA (Processo Eletrônico n. 003200/2019). Objeto: Prorrogar o Contrato por 12 meses a partir de 1º/08/2022. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 16/03/2022. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro, Secretária de Orçamento, Finanças e Contratações; e, pela empresa, Raphael Cappucci Maia Negrão Caldas, representante legal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo ao Contrato nº 30/2018, celebrado entre o STF e a empresa LAVANDERIA PADRÃO EIRELI - EPP (Processo Eletrônico n. 003213/2018). Objeto: Prorrogar o Contrato por 12 meses a partir de 09/07/2022. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 16/03/2022. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro, Secretária de Orçamento, Finanças e Contratações; e, pela empresa, Maria de Lourdes Moura Souza, representante legal.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 15/2022, firmado entre o CNJ e a V3 Services Informação e Consultoria LTDA. CNPJ: 12.422.562/0001-02. Processo SEI n. 01982/2022. Objeto: assinatura de base de dados em meio digital, que promovam acesso à informação confiável, atualizada, disponibilizando acesso a livros (e-books), periódicos, artigos e demais produtos informacionais na área do Direito e áreas correlatas. Procedimento Licitatório: Inexigibilidade de Licitação Fundamento Legal: Lei 8.666/1993. Valor: R\$ 35.883,12. Programa de Trabalho: PTRES: 167507. Natureza de Despesa: 3.3.90.39. Data da Assinatura: 17/03/2022. Vigência: 12 meses, a iniciar da data de assinatura. Signatários: pelo CNJ, Sílvia Maria Guapindaia Peixoto - Secretária de Administração Substituta, pela Contratada, Solange Cabrera Fernandes Rodrigues e Paulo Roberto Rodrigues - Representantes Legais.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA DO TRIBUNAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2022 - UASG 70001

Nº Processo: 2021.000000069620. Objeto: Aquisição de 2 (dois) veículos zero quilômetro, com garantia de fábrica, adaptados pelo fornecedor com a aplicação de proteção balística em todo o veículo, para utilização na segurança institucional e pessoal de autoridades do TSE nos serviços de escolta de segurança e policiamento ostensivo do TSE, consoante especificações, condições e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 18/03/2022 das 08h00 às 11h59 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul Quadra 7 Lote 1/2, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/70001-5-00024-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 18/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 31/03/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Conforme Edital..

LUCIANA RODRIGUES DE CASTRO
Pregoeira

(SIASGnet - 17/03/2022) 70001-00001-2022NE099999

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho global nº 2022NE000331, emitida em 16.03.2022. FAVORECIDO: Puríssima Água Mineral Ltda. OBJETO: Aquisição de 60 (sessenta) garrações de 20 litros de água mineral potável sem gás, item 3 da ARP-CNJ nº 33/2021, da qual o TSE é partícipe. VALOR: R\$ 408,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93 e 10.520/2022. PA 2021.00.000003669-2.

COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES
SEÇÃO DE CONTROLE DE CUSTOS E GESTÃO DE ATAS
DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TSE Nº 14/2022. Pregão Eletrônico 1/2022. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de cabinas de votação para urnas eletrônicas. Preço unitário do item 1 (R\$9,92), item 2 (R\$8,58). FUNDAMENTO LEGAL: Leis n.ºs 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto nº 7.892/2013. ASSINATURA: 17/03/2022. Vigência: 18/03/2023. ASSINAM: Rui Moreira de Oliveira, Diretor-Geral de Secretaria do TSE; Douglas dos Santos, pela empresa. SEI 2021.00.000003510-6.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TSE Nº 15/2022. Pregão Eletrônico 90/2021. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas. Preço unitário do item 1 (R\$83,00). FUNDAMENTO LEGAL: Leis n.ºs 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto nº 7.892/2013. ASSINATURA: 17/03/2022. Vigência: 18/03/2023. ASSINAM: Rui Moreira de Oliveira, Diretor-Geral de Secretaria do TSE; Leonardo Maciel Spinola da Cunha, pela empresa. SEI 2021.00.000002026-5.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 18/2022

O Tribunal Superior do Trabalho comunica o resultado do PE-018/2022, cujo objeto, registro de preços para aquisição de baterias, foi adjudicado pelo valor total de R\$ 25.146,50, distribuído da seguinte forma: itens 2 e 3 à empresa JL COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA pelo valor total de R\$ 13.146,50; item 5 à empresa JK ENERGIA LTDA pelo valor total de R\$ 12.000,00. Os itens 1 e 4 foram cancelados na fase de julgamento.

DIRLEY SERGIO DE MELO
Secretário de Administração

(SIDECE - 17/03/2022) 080001-00001-2022NE000001

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 25/2022

O Tribunal Superior do Trabalho torna público que o Senhor Diretor-Geral da Secretaria, em despacho de 15/03/2022, homologou o resultado do Pregão em epígrafe, para o qual não houve adjudicação tendo em vista que o item foi cancelado na fase de aceitação.

DIRLEY SERGIO DE MELO
Secretário de Administração

(SIDECE - 17/03/2022) 080001-00001-2022NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2022 - UASG 80001

Nº Processo: 6001583/2021-00. Objeto: Registro de preços para aquisição de copos descartáveis. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 18/03/2022 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 08, Conjunto A, Bloco A, Sala A3.41, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/80001-5-00032-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 18/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/03/2022 às 14h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

MARCOS FRANCA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

(SIASGnet - 16/03/2022) 80001-00001-2022NE000001

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 61/2021

O Superior Tribunal Militar torna público que, em Despacho em 24/02/2022, o Diretor-Geral homologou o Relatório em epígrafe, cujo objeto é a contratação de solução de wireless (padrão wi-fi 6) com gerenciamento em nuvem e suporte com garantia para a Justiça Militar da União, por 48 meses, pelo Sistema de Registro de Preços, adjudicando o objeto à empresa YSSY SOLUÇÕES S.A.

ANGÉLICA CARMO ARAUJO
Pregoeira

(SIDECE - 17/03/2022) 060001-00001-2022NE000109



Data e hora da consulta: 29/04/2022 16:24

Usuário: ***.106.849-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
70024	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
04.565.735/0001-13	AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL	76805-859
Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	(69)3211-2077/2000/2105/2104/2133

Ano	Tipo	Número
2022	NE	298

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167864	0100000000	339030	-	UEL SUPRIM

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
29/04/2022	Ordinário	0000866772022622800 -		132.800,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
07.589.288/0001-20	UNICOBIA INDUSTRIA DE COMPONENTES ELETRONICOS	37640-000
Endereço	UF	Telefone
JOSEPHA GOMES DE SOUZA 302 DOS PIRES	MG	(11)5078-5555
Município	UF	Telefone
EXTREMA	MG	(11)5078-5555

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
126	PREGAO	LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-

Descrição

EMPENHO PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE CHUMBO-ÁCIDO SELADAS PARA URNAS ELETRÔNICAS MODELOS 2009, 2010, 2011, 2013 E 2015, CONFORME TR/EL 90/2021/TSE (0812098), ARP 15/2022/TSE (0812104), REMESSA 129/2022/GABSTIC (0820672), DESPACHOS 840/2022/GABSAOFC (0821891) E 490/2022/COFC (0821913), SEI! 0000866-77.2022.6.22.8000.

Local da Entrega

PORTO VELHO -RO

Informação Complementar

015/2022/TSE - AT

Sistema de Origem

SIAFI-STN

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:4751068490
0Assinado de forma digital por LIA MARIA ARAUJO LOPES:4751068490
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=21120482000193, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=LIA MARIA ARAUJO LOPES:4751068490
Dados: 2022.05.02 11:20:32 -04'00'FRANCISCO
PARENTES DA
COSTA
FILHO:16251784
253Assinado de forma digital por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=21120482000193, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
Dados: 2022.05.02 09:54:11 -04'00'

Versão	Data/Hora	Operação
002	29/04/2022 16:23:04	Alteração

Data e hora da consulta: 29/04/2022 16:24

Usuário: ***.106.849-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	132.800,00

Subelemento 26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item da ARP 1. Baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas.	132.800,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
29/04/2022	Inclusão	1.600,00000	83,0000	132.800,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa

LIA MARIA ARAUJO LOPES

***.106.849-**

29/04/2022 16:23:04

Gestor Financeiro

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO

***.517.842-**

29/04/2022 16:19:40

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:4751068490
0Assinado de forma digital por LIA MARIA
ARAUJO LOPES:47510684900
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla
v5, ou=21120482000193, ou=Presencial,
ou=Certificado PF A3, cn=LIA MARIA ARAUJO
LOPES:47510684900
Dados: 2022.05.02 11:21:01 -04'00'FRANCISCO
PARENTES DA
COSTA
FILHO:162517842
53Assinado de forma digital por
FRANCISCO PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=21120482000193,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=FRANCISCO PARENTES DA
COSTA FILHO:16251784253
Dados: 2022.05.02 09:54:24 -04'00'

Versão	Data/Hora	Operação
002	29/04/2022 16:23:04	Alteração

Espécie: Extrato da Contratação pelo TRE-RO do objeto da Ata de Registro de Preços n. 14/2022 /TSE, assinada em 17/03/2022, decorrente da condição do TRE-RO de Participe do Pregão Eletrônico com registro de preços n. 1/2022/TSE (Processo n. 2021.00.000003510-6 /TSE). Contrato n. 13/2022/TRE-RO, assinado em 04/05/2022. Contratada: EXATA EVOLUTION COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA. - CNPJ n. 17.173.562/0001-30. Objeto: Item 1. Aquisição de 2600 (duas mil e seiscentas) de cabina de votação para as urnas eletrônicas modelos UE2009, UE2010, UE2011, UE2013, UE2015. Vlr. Unit. R\$ 9,92; Subtotal Total R\$ 25.792,00; e Item 2. Aquisição de 2100 (duas mil e cem) cabina de votação para as urnas eletrônicas modelo UE2022. Vlr. Unit. R\$ 8,58; Subtotal R\$ 18.018,00. Valor Total do Contrato: R\$ 43.810,00. Nota de Empenho TRE-RO n. 2022NE000301, de 02/05/2022. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 33.90.30. Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. Fundamento legal para contratação: Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 13.709/2018, assim como as demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, e consoante Ofício-Circular GAB-DG nº 103/2022/TSE, assim como a Solicitação 65/2022/SEALM, com deliberação no Despacho nº 837/2022/GABSAOFC. Signatários do Contrato: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora do TRE-RO, e pela Contratada, o Senhor DOUGLAS DOS SANTOS. Ato de Autorização: Despacho nº 307/2022/GABDG, de 24/03/2022, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO.

PROCESSO: SEI Nº. 0000866-77.2022.6.22.8000 - AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA URNAS ELETRÔNICAS

Espécie: Extrato da Contratação pelo TRE-RO do objeto da Ata de Registro de Preços n. 15/2022 /TSE, assinada em 17/03/2022, decorrente da condição do TRE-RO de Participe do Pregão Eletrônico com registro de preços n. 90/2022/TSE (Processo n. 2021.00.000002026-5/TSE). Contrato n. 14/2022/TRE-RO, assinado em 04/05/2022. Contratada: UNICOPA INDÚSTRIA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA S.A. - CNPJ n. 07.589.288/0001-20. Objeto: Aquisição de 1600 (mil e seiscentas) baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas modelos 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015, de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no Edital da Licitação TSE nº 90/2022 e seus Anexos, modalidade pregão, e proposta da CONTRATADA. Vlr. Unit. R\$ 83,00; Valor Total: R\$ 132.800,00. Nota de Empenho TRE-RO n. 2022NE000298, de 29/04/2022. Natureza da Despesa 33.90.30. Vigência: A partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União e duração de 12 (doze) meses. Fundamento legal para contratação: Leis 8.666/93, nº 10.520/2002 e 13.709/2018 e demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, e consoante Ofício-Circular n. 103/2022/TSE, de 23/03/2022. Signatários do Contrato: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora do TRE-RO, e pela Contratada, o Senhor LEONARDO MACIEL SPINOLA DA CUNHA. Ato de Autorização: Despacho nº 307/2022/GABDG, de 24/03/2022 por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO.

EXTRATOS DE CONTRATO

PROCESSO: SEI Nº. 0002802-74.2021.6.22.8000 - SERVIÇOS DE TÁXI AÉREO

Espécie: Extrato do Contrato n. 12/2022/TRE-RO, assinado em 05/05/2022. PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2022. Contratada: SAGRES TÁXI AÉREO LTDA, CNPJ n. 01.539.425/0001-36. Objeto: Serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), para execução de serviços de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2022. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 9.507/2018 e 10.024/2019 e demais normas

[...]

4 DO RESULTADO FINAL NO CONCURSO PÚBLICO

4.1 Resultado final no concurso público, na seguinte ordem: cargo/área/especialidade, número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação, nota e classificação final no concurso público.

[...]

4.1.6 CARGO 6: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

[...]

4.1.6.2 Resultado final no concurso público dos candidatos considerados negros na verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos que se autodeclararam negros, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

[...] 10000212, Rosana Cristina Olbermann Alves, 6,57, 16

[...]

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 09/2022, firmado entre o TRE-RS e a empresa DFTI - Comércio e Serviços de Informática Ltda, CNPJ n. 09.650.283/0001-91. OBJETO: Contratação de subscrições de solução de antivírus para servidores. FUNDAMENTO LEGAL: ARP TSE n. 1/2022. VIGÊNCIA: 05-5-2022 a 04-5-2027. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento: 3390.40. Ação orçamentária: 02.122.0033.20GP.0043. EMPENHO: 2022NE000357, de 22-4-2022. VALOR TOTAL: R\$ 52.900,00. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa e Sr. Fabrício Bombarda Guedes. Proc. SEI n. 0002528-06.2022.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 12/2022, firmado entre o TRE-RS e a empresa Omnicentral Tecnologia EIRELI, CNPJ n. 23.109.142/0001-97. OBJETO: Prestação de serviço de fornecimento de solução de comunicação multicanal através da internet, baseado em computação em nuvem. FUNDAMENTO LEGAL: ARP n. 01/2022 do Pregão n. 27/2021 do TRE-PB. VIGÊNCIA: 05-5-2022 a 04-5-2023. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento: 3390.40. Ações orçamentárias: 02.122.0033.20GP.0043 e 02.061.0033.4269.0001. EMPENHOS: 2022NE000363, 2022NE000364 e 2022NE000365, todos de 26-4-2022. VALOR TOTAL: R\$ 578.968,00. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa e Sr. Marcos dos Reis Proença. Proc. SEI n. 0002982-20.2021.6.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio n. 12/2022, firmado entre o TRE-RS (conveniente) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Feliz (conveniado), CNPJ n. 10.637.926/0013-80. OBJETO: Implantação do Projeto Mesário-Universitário, no âmbito da 165ª Zona Eleitoral, sem ônus. FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. 8.666/1993. VIGÊNCIA: 05-5-2022 a 04-5-2027. SIGNATÁRIOS: Dra. Marisa Gatelli e Sr. Marcelo Lima Calixto. Proc. SEI n. 0005500-36.2022.6.21.8165. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 02 ao Contrato n. 29/2019, referente à prestação de serviços de locação de impressora laser colorida, firmado entre o TRE-RS e a empresa LFN - Comercio e Serviços Ltda. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa e Sra. Ladir Finatto do Nascimento. Proc. SEI n. 0003952-88.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 05 ao Contrato n. 05/2008, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório e depósito da 146ª ZE, em Constantina-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr. Artemides Paulo Bressan. OBJETO: Alterar a redação do parágrafo único da cláusula 5 do contrato original e reajustar o valor contratual, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa e Sr. Artemides Paulo Bressan. Proc. SEI n. 0002838-17.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 02 ao Contrato n. 32/2015, referente à locação de imóvel destinado ao armazenamento de materiais e equipamentos da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI, firmado entre o TRE-RS e a Sra. Vera Maria Wolf de Lemos. OBJETO: Reajustar o valor contratual, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa e Sr. Rodrigo Caringhi Xavier. Proc. SEI n. 0002799-20.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 03 ao Contrato n. 09/2012, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório e depósito da 9ª ZE, em Caçapava do Sul-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr. Nelson Brites Rodrigues e a Sra. Milaene Dutra Rodrigues. OBJETO: Prorrogar a vigência e alterar a redação da cláusula 5.2 do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa, Sr. Nelson Brites Rodrigues e Sra. Milaene Dutra Rodrigues. Proc. SEI n. 0002146-18.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 07 ao Contrato n. 24/2017, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica corretiva dos elevadores e da plataforma elevatória dos prédios do TRE-RS, firmado entre o TRE-RS e a empresa Elevadores Alcer Ltda. OBJETO: Estipular acréscimo ao contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa e Sr. Edilson Fraga da Silva. Proc. SEI n. 0003497-26.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 02 ao Contrato n. 48/2019, referente à prestação de serviços de help desk, firmado entre o TRE-RS e a Sulwork Tecnologia e Sistemas de Informática Ltda. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa e Sr. Wilton Rondon Ribeiro Junior. Proc. SEI n. 0004228-22.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 03 ao Contrato n. 28/2013, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório e depósito da 108ª ZE, em Sapucaia do Sul-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr. Nairo Aloisio Flach, Sra. Andréa Maria Flach e Sr. Adriano Flach. OBJETO: Registrar a inclusão dos locadores, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa e Sr. Ademir José Sauthier. Proc. SEI n. 0002796-65.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 03 ao Contrato n. 22/2012, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório e depósito da 35ª ZE, em Pinheiro Machado-RS, firmado entre o TRE-RS e a Sra. Leonor Pereira Ratto. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa e Sra. Leonor Pereira Ratto. Proc. SEI n. 0002558-46.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 06 ao Contrato n. 61/2006, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório da 165ª ZE, em Feliz-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr. Lotário Alcides Kirch e a Sra. Lúcia Schmitz Kirch. OBJETO: Reajustar o valor contratual e alterar a redação do parágrafo único da cláusula 5 do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa, Sr. Lotário Alcides Kirch e Sra. Lúcia Schmitz Kirch. Proc. SEI n. 0002482-22.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 04 ao Contrato n. 01/2010, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento dos cartórios e depósitos das 20ª e 148ª ZEE, em Erechim-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr. Nelio Antonio Dariva, a Sra. Nair Maria Dariva, o Espólio de Luis Carlos Dariva, a Sra. Andrea Pichinin Dariva, o Sr. Cladir João Dariva e a Sra. Eliane Fatima Lisboa Dariva. OBJETO: Alterar a redação da cláusula 5.2 do contrato original e reajustar o valor contratual, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa, Sr. Nelio Antonio Dariva, Sra. Nair Maria Dariva, Sra. Andrea Pichinin Dariva, Sr. Cladir João Dariva e Sra. Eliane Fatima Lisboa Dariva. Proc. SEI n. 0002496-06.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

EXTRATO DE RESCISÃO

Termo de Rescisão Amigável do Contrato n. 51/2014, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento dos cartórios e depósitos das 37ª e 163ª ZEE, em Rio Grande-RS, firmado entre o TRE-RS e a Fundação Banrisul de Seguridade Social. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, II, da Lei 8.666/1993. Data da rescisão: 09-5-2022. SIGNATÁRIOS: Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa, Sr. Jorge Luiz Ferri Berzagui e Sr. Sergio Luiz Scarpato. Proc. SEI n. 0002210-28.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 05-5-2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 24/2022**

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 07/04/2022 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de licenças do software Autocad e licenças da AEC Collection (contendo o Autocad, Revit, Navisworks, Autodesk Docs, Infraworks e Civil 3D), ferramentas para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia auxiliado por computador, pelo período de 36 meses. Total de Itens Licitados: 00002 Novo Edital: 06/05/2022 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Wilson, 194, 1º Andar Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 06/05/2022 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 20/05/2022, às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUIS CESAR DANTAS GARCIA
Pregoeiro

(SIDE - 05/05/2022) 070017-00001-2022NE000001

**DIRETORIA-GERAL
ASSESSORIA JURÍDICA****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº 2020.0.000010201-4. OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de acesso a livros eletrônicos da empresa Editora Fórum, pelo período de 12 meses. CONTRATADA: EDITORA FÓRUM LTDA CNPJ: 41.769.803/0001-92. FUND. LEGAL: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993. VALOR TOTAL: R\$ 22.498,00. EMPENHO: 427 de 04/05/2022. ELEMENTO: 33.90.39 - Assinaturas de Periódicos e Anuidades. PROGRAMA: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Eline Iris Rabello Garcia da Silva, Diretora-Geral. RATIFICAÇÃO: Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
DIRETORIA-GERAL****EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Extrato da Contratação pelo TRE-RO do objeto da Ata de Registro de Preços n. 15/2022/TSE, assinada em 17/03/2022, decorrente da condição do TRE-RO de Partícipe do Pregão Eletrônico com registro de preços n. 90/2022/TSE (Processo n. 2021.00.000002026-5/TSE). Contrato n. 14/2022/TRE-RO, assinado em 04/05/2022. CONTRATADA: UNICOBA INDUSTRIA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E INFORMÁTICAS.A. - CNPJ n. 07.589.288/0001-20. Objeto: Aquisição de 1600 baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas modelos 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015, de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no Edital da Licitação TSE 90/2022 e seus Anexos, modalidade pregão, e proposta da CONTRATADA. Vlr. Unit. R\$ 83,00; Valor Total: R\$ 132.800,00. Nota de Empenho TRE-RO n. 2022NE000298, de 29/04/2022. Natureza da Despesa: 33.90.30. Vigência: A partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União e duração de 12 meses. Fundamento legal para contratação: Leis 8.666/93, nº 10.520/2002 e 13.709/2018, e consoante Ofício-Circular n. 103/2022/TSE, de 23/03/2022. Signatários do Contrato: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora do TRE-RO, e pela Contratada, o LEONARDO MACIEL SPINOLA DA CUNHA. Ato de Autorização: Despacho nº 307/2022/GABDG, de 24/03/2022 por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO. Processo SEI TRE-RO n. 0000866-77.2022.6.22.8000.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato 12/2022/TRE-RO, assinado 05/05/22. Pregão 10/2022. Contratada: SAGRES TÁXI AÉREO LTDA, CNPJ n. 01.539.425/0001-36. Objeto: Serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), para execução de serviços de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2022. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/93 e 10.520/02, nos Decretos Federais 3555/00, 9.507/18 e 10.024/19 e demais normas vigentes aplicáveis ao objeto. Vigência: Iniciando-se em 05/05/22 até 15/12/22. Valor Total: R\$ 812.250,00. Programa de Trabalho: 02061003342690001. Elemento de Despesa: 33.90.33-03. Empenho 2022NE000303 e 2022NE000304, de 04/05/22, Homologação: Despacho 463/22 /DG, de 02/05/22. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e pela Contratada, ADRIANO SANCHES DA SILVA. Processo SEI: 0002802-74.2021.6.22.8000.

